

Resultados de 2019



Empresa Luz e Força
Santa Maria
S/A

**Relatório da Administração e
Demonstrações Contábeis Regulatórias
de 2019**

Avenida Angelo Giuberti, 385

Esplanada - Colatina/ES

CEP: 29702-712

Tel: (27) 2101-2323

Resultados de 2019

Conteúdo

Relatório da Administração regulatório	03 – 20
Balancos patrimoniais regulatórios	21 – 22
Demonstrações dos resultados dos exercícios regulatórios	23
Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórios	24
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatório	25
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	26 – 76
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	77 – 80

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

Senhoras e senhores acionistas,

Apresentamos, a seguir, o relatório das principais atividades do exercício de 2019, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A (“Santa Maria” ou “Companhia”) para a sociedade, parceiros, colaboradores e consumidores.

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 13 de março de 2020.

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Realizações, conquistas e transformações marcaram o ano de 2019 da Santa Maria.

O cenário econômico mais favorável, contribuiu para um crescimento de mercado da ordem de 12,7% em relação a 2018.

Atingimos EBITDA ajustado de R\$ 51,6 milhões, e lucro líquido de R\$ 32,7 milhões.

Investimos R\$ 9,1 milhões no sistema de distribuição, e mantivemos a qualidade do serviço prestado dentro dos padrões de excelência nacional, com os indicadores DEC (6,57) e FEC (3,50) abaixo dos limites regulatórios (11,86 e 8,70, respectivamente), assim como as perdas totais (10,54%), que também ficaram abaixo dos parâmetros regulatórios (12,25%).

As tarifas foram reajustadas, em média, em -14,18%, refletindo a redução dos custos da Parcela A, que englobam a aquisição e a transmissão de energia, bem como os encargos setoriais, e situando nossa tarifa residencial convencional (grupo B1) entre as de menor custo da Região Sudeste.

Conquistamos uma importante vitória no judiciário em benefício dos nossos consumidores, com o trânsito em julgado da ação que determinou a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a recuperação dos valores pagos a mais, retroativos a julho de 2011. No período de julho a dezembro, já disponibilizamos aos nossos consumidores R\$ 6,3 milhões, mediante crédito individualizado, lançado diretamente nas contas de energia elétrica. Estimamos devolver ao todo, ao longo dos próximos anos, quase R\$ 50 milhões.

Nossa história de sucesso, construída ao longo de mais de 70 anos de atividade, nos conduz e nos credencia a novos desafios para os anos que virão. E é com esse olhar para o futuro, que concluímos o nosso Planejamento Estratégico e Orçamentário para o período 2020-2026.

Também demos início ao nosso Programa de Integridade, que contempla um conjunto de ações visando prevenir, detectar e corrigir atos de corrupção, fraudes e outros ilícitos, contrários às políticas de gestão praticadas pela Santa Maria.

Resultados de 2019

Seguiremos avançando na modernização da Companhia e na preparação para as transformações no setor de energia.

Aos empregados, clientes, acionistas, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros da Santa Maria, às organizações governamentais e não governamentais do nosso relacionamento empresarial, e a todos os demais com quem compartilhamos esforços e vitórias, nossos agradecimentos.

Arthur Arpini Coutinho
Presidente

2. PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS CONQUISTADOS EM 2019

- **Prêmio ANEEL de Ouvidoria**

Em 2019 a Santa Maria voltou a ser reconhecida por possuir a melhor estrutura de atendimento aos consumidores e os melhores desempenhos de tratamento de reclamações, conquistando o 1º lugar e sagrando-se bicampeã do Prêmio ANEEL de Ouvidoria em sua categoria, entre 100 mil e 1 milhão de consumidores.

- **Prêmio ANEEL de Qualidade**

O Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC 2019 da Santa Maria foi de 74,53%, representando uma melhora de 7,93% em relação ao IASC 2018, que foi de 69,05%.

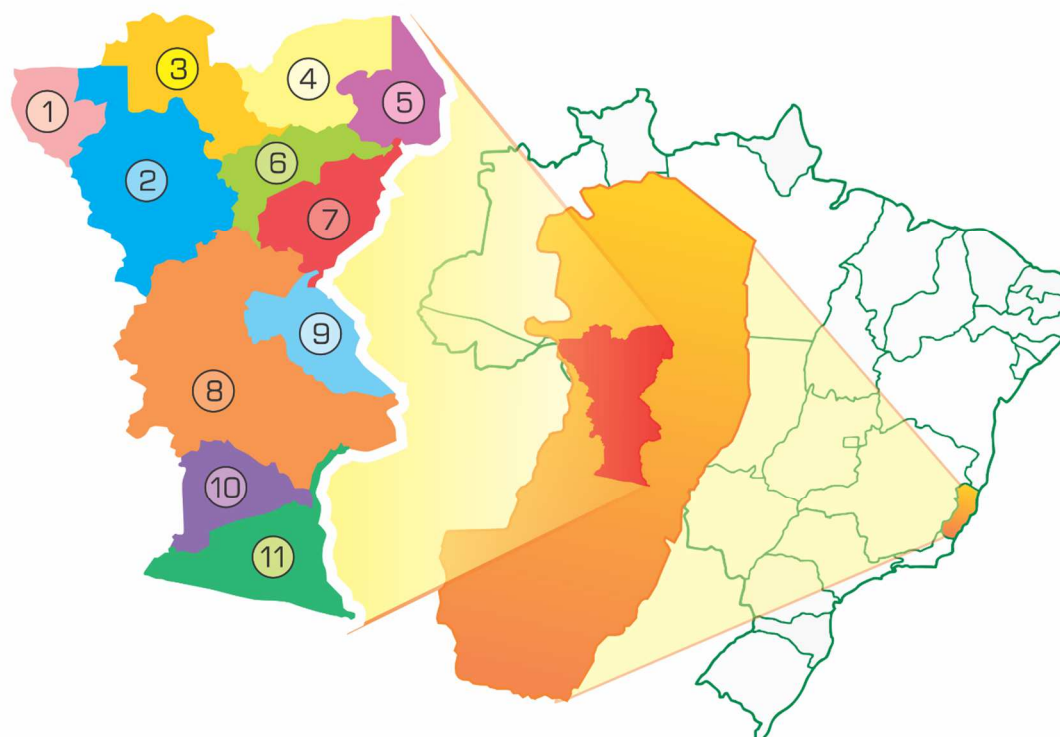
- **Prêmio Abradee**

Na categoria Avaliação pelo Cliente do Prêmio Abradee 2019, para empresas com menos de 500 mil consumidores, a Santa Maria foi reconhecida, conquistando o 3º lugar.

3. A COMPANHIA

A Santa Maria é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Colatina/ES, que atua no segmento de distribuição de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, com vigência até 7 de julho de 2045.

Geograficamente, a Companhia está localizada na Região Noroeste do Estado do Espírito Santo, e atende a 11 municípios numa área de concessão de 4.994 km², conforme demonstrado no mapa a seguir:



1. Alto Rio Novo; 2. Pancas; 3. Águia Branca; 4. São Gabriel da Palha; 5. Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca); 6. São Domingos do Norte; 7. Governador Lindemberg; 8. Colatina (exceto o distrito de Itapina); 9. Marilândia; 10. São Roque do Canaã; 11. Santa Teresa (exceto a Sede e o distrito de Alto Santa Maria).

Em 2019 foram conectados 2.505 novos clientes ao sistema de distribuição da Santa Maria (acréscimo de 2,24% em relação a 2018), totalizando 114.288 consumidores cativos atendidos. Apresentamos, a seguir, por município, o número de consumidores atendidos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Nº	Nome do município	2019	2018
1	Alto Rio Novo	3.435	3.387
2	Pancas	8.561	8.350
3	Águia Branca	4.831	4.707
4	São Gabriel da Palha	15.228	14.882
5	Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca)	3.850	3.695
6	São Domingos do Norte	4.789	4.645
7	Governador Lindemberg	5.355	5.233
8	Colatina (exceto o distrito de Itapina)	54.787	53.661
9	Marilândia	6.351	6.218
10	São Roque do Canaã	5.021	4.961
11	Santa Teresa (exceto a Sede e o distrito de Alto Santa Maria)	2.080	2.044
Total		114.288	111.783

A Santa Maria dispõe de uma robusta rede de distribuição, dimensionada para garantir a qualidade do serviço prestado e a confiabilidade do sistema. A seguir apresentamos os dados das principais instalações e ativos elétricos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Resultados de 2019

Descrição	2019	2018	Variação (%)
Subestações			
Quantidade	12	12	0,0
Potência instalada de transformadores (MVA)	661	661	0,0
Redes de distribuição próprias (Km)	8.008	7.949	0,7
AT (maior ou igual a 69 KV)	104	104	0,0
MT (entre 1 e menor a 69 KV)	7.150	7.100	0,7
BT (menor que 1 KV)	754	745	1,2
Transformadores de distribuição próprios (Quantidade)	16.414	16.009	2,5
Urbano	1.327	1.291	2,8
Rural	15.087	14.718	2,5
Potência instalada na distribuição própria (MVA)	372	358	3,9
Urbano	102	99	3,0
Rural	270	259	4,2
Postes em redes de distribuição (Quantidade)	87.073	86.153	1,1
Urbano	23.363	23.081	1,2
Rural	63.710	63.072	1,0

4. INVESTIMENTOS

A Santa Maria investiu ao longo do ano de 2019 recursos da ordem de R\$ 9,1 milhões (R\$ 13 milhões em 2018), líquidos dos recursos recebidos na forma de participação financeira de clientes pessoas físicas, jurídicas, União, Estado e Municípios (obrigações especiais). A seguir é apresentado um resumo desses investimentos por tipo de ativo:

Descrição do ativo	2019	2018	Variação (R\$ mil)	Variação (%)
Linhas e redes de distribuição	9.810	10.254	(444)	-4,3
Subestações	205	150	55	36,7
Sistema de medição	1.774	1.444	330	22,9
Veículos	712	1.880	(1.168)	-62,1
Outros ativos	729	679	50	7,4
Investimento bruto	13.230	14.407	(1.177)	-8,2
(-) Obrigações especiais	(4.064)	(1.376)	(2.688)	195,3
Investimento líquido	9.166	13.031	(3.865)	-29,7

Os investimentos realizados em 2019 foram concentrados principalmente no reforço do sistema elétrico, com foco em projetos de redes de distribuição que garantem maior confiabilidade e eficiência ao fornecimento de energia elétrica.

4.1 Evolução e projeção dos investimentos

Em máquinas e equipamentos da atividade de distribuição, os investimentos brutos realizados em 2019 somam R\$ 12,4 milhões (R\$ 12,7 milhões em 2018). A evolução dos investimentos em máquinas e equipamentos da atividade de distribuição dos 3 (três) últimos anos, bem como a projeção dos investimentos para os próximos 5 (cinco) anos, é demonstrada a seguir:

Resultados de 2019

Distribuição - Máquinas e equipamentos - R\$ mil	Evolução dos investimentos			Projeção dos investimentos				
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
AIS bruto	5.684	12.731	12.434	14.414	11.065	26.890	33.143	20.747
Transformador de distribuição	1.646	2.496	3.420	2.820	2.955	3.096	3.237	3.366
Medidor	977	1.444	1.774	1.845	1.943	1.777	1.862	1.937
Redes de média tensão (2,3 kV a 44 kV)	2.891	4.699	6.390	6.289	5.685	5.958	6.244	6.494
Redes de alta tensão (69 kV)	-	3.059	-	-	-	8.500	-	-
Redes de alta tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	16.000	-
Subestações de média tensão (primário de 30 kV a 44 kV)	4	39	-	-	-	-	-	-
Subestações de alta tensão (primário de 69 kV)	48	65	48	1.103	482	410	-	-
Subestações de alta tensão (primário de 88 kV a 138 kV)	31	46	157	2.356	-	7.150	5.800	8.950
Demais máquinas e equipamentos	87	883	645	-	-	-	-	-
Obrigações especiais do AIS bruto	(940)	(1.376)	(4.064)	(2.984)	(2.290)	(5.566)	(6.861)	(4.295)
Participações, doações e subvenções	(940)	(1.376)	(4.064)	(2.984)	(2.290)	(5.566)	(6.861)	(4.295)

O comparativo dos investimentos em máquinas e equipamentos da distribuição é demonstrado a seguir:

R\$ mil	2019 R	2020 P	2021 P	2022 P	2023 P	2024 P
Plano de investimentos em 2019	12.434	14.414	11.065	26.890	33.143	20.747
R\$ mil	2019 P	2020 P	2021 P	2022 P	2023 P	
Plano de investimentos em 2018	10.322	10.543	12.367	36.611	25.615	
Diferença	20,5%	36,7%	-10,5%	-26,6%	29,4%	

Para o planejamento do seu sistema elétrico, a Companhia conta atualmente com o uso de software específico e dados de medição de subestações e linhas de transmissão maior que 69 kV coletados desde 2017, que apoiam as tomadas de decisão relacionadas aos reforços e expansão para atendimento ao consumidor com qualidade e confiabilidade.

A variação dos valores planejados entre os exercícios considerados está diretamente relacionada a determinados eventos que levaram a Companhia a redirecionar os investimentos para obras de um novo acesso à rede básica, com a construção de uma nova subestação, denominada João Neiva 2. Este novo ponto de acesso à rede básica aumentará a confiabilidade, visto que reduz de forma considerável a dependência ao único ponto de acesso existente em Mascarenhas.

Além de novas obras não consideradas anteriormente, a variação se deve, ainda, ao atendimento de demandas de mercado e melhoria na qualidade do fornecimento de energia elétrica aos consumidores.

Resultados de 2019

5. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

5.1 Destaques

Apresentamos, a seguir, os principais indicadores da Santa Maria em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Indicadores financeiros	Unidade	2019	2018	Variação
Ativo total	R\$ mil	356.624	294.664	21,03%
Caixa e equivalentes de caixa	R\$ mil	32.230	11.953	169,64%
Patrimônio líquido	R\$ mil	157.798	136.645	15,48%
Endividamento bruto	R\$ mil	16.137	23.056	-30,01%
Endividamento líquido	R\$ mil	(16.093)	11.103	-244,94%
Indicadores de resultados	Unidade	2019	2018	Variação
Receita operacional bruta	R\$ mil	419.880	396.377	5,93%
Receita operacional líquida	R\$ mil	272.207	250.752	8,56%
EBITDA	R\$ mil	47.128	34.202	37,79%
EBITDA ajustado	R\$ mil	51.594	37.606	37,20%
Resultado financeiro	R\$ mil	(2.896)	(1.783)	62,42%
Lucro líquido	R\$ mil	32.678	23.675	38,03%
Indicadores relativos	Unidade	2019	2018	Variação
EBITDA ajustado / Receita operacional líquida	%	18,95	15,00	26,38%
Endividamento líquido / EBITDA ajustado	%	-31,19	29,52	-205,65%

Obs.: EBITDA ajustado: EBITDA mais participações estatutárias.

5.2 Receita operacional bruta e líquida

A receita operacional bruta da Companhia totalizou R\$ 419,9 milhões em 2019, contra R\$ 396,4 milhões em 2018, um aumento de R\$ 23,5 milhões (5,9%). A receita operacional líquida cresceu R\$ 21,5 milhões (8,6%) em 2019, fechando em R\$ 272,2 milhões, contra R\$ 250,7 milhões em 2018. A seguir apresentamos as receitas operacionais da Santa Maria em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Descrição	2019	2018	Variação (R\$ mil)	Variação (%)
Fornecimento de energia elétrica e TUSD	356.146	319.606	36.540	11,4
Energia de curto prazo – CCEE	13.190	7.807	5.383	69,0
Ativos e passivos financeiros setoriais	(17.504)	19.522	(37.026)	-189,7
Serviços cobráveis	433	507	(74)	-14,6
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	67.615	48.935	18.680	38,2
Receita operacional bruta	419.880	396.377	23.503	5,9
(-) Tributos sobre a receita	(111.864)	(107.264)	(4.600)	4,3
(-) Encargos setoriais	(35.809)	(38.361)	2.552	-6,7
Receita operacional líquida	272.207	250.752	21.455	8,6

Dentre os fatores que foram determinantes para o crescimento da receita operacional em 2019, se destacam: (i) aumento de 11,4% (R\$ 36,5 milhões) com fornecimento de energia elétrica e TUSD, decorrente do crescimento de mercado de 12,7% em relação a 2018; (ii) redução de R\$ 37 milhões com ativos e passivos financeiros setoriais, decorrente das diferenças entre os custos efetivos incorridos no período e aqueles previstos na cobertura tarifária; (iii) aumento de 69% (R\$ 5,4 milhões) com energia de curto prazo – CCEE, decorrente das liquidações financeiras dos excedentes de energia; e (iv) aumento de 38,2% (R\$ 18,6 milhões) com subvenções vinculadas ao

Resultados de 2019

serviço concedido, decorrente dos maiores descontos tarifários em função do crescimento de mercado frente ao ano anterior.

5.3 Gastos operacionais

Os gastos não gerenciáveis (Parcela A) cresceram R\$ 5,1 milhões (3%) em relação a 2018, fechando em R\$ 174 milhões contra R\$ 168,9 milhões. Os gastos gerenciáveis (Parcela B) totalizaram R\$ 56,9 milhões em 2019, representando um aumento de 4,4% (R\$ 2,4 milhões) em relação a 2018, quando o montante registrado foi de R\$ 54,5 milhões. A composição dos gastos operacionais da Santa Maria em 31 de dezembro de 2019 e 2018 pode ser assim demonstrada:

Descrição	2019	2018	Variação (R\$ mil)	Variação (%)
Gastos não gerenciáveis - Parcela A	174.099	168.966	5.133	3,0
Energia elétrica comprada para revenda	145.582	136.806	8.776	6,4
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	28.517	32.160	(3.643)	-11,3
Gastos gerenciáveis - Parcela B	56.974	54.558	2.416	4,4
PMSO	49.158	44.803	4.355	9,7
Pessoal	22.539	22.447	92	0,4
Administradores	3.803	3.715	88	2,4
Materiais	3.080	3.007	73	2,4
Serviços de terceiros	10.277	8.270	2.007	24,3
Arrendamentos e aluguéis	1.297	1.178	119	10,1
Seguros	476	567	(91)	-16,0
Doações, contribuições e subvenções	46	33	13	39,4
Provisões	2.476	819	1.657	202,3
Perdas na alienação de bens e direitos	19	73	(54)	-74,0
(-) Recuperação de despesas	(567)	(522)	(45)	8,6
Tributos	383	325	58	17,8
Gastos diversos	5.329	4.891	438	9,0
Outros gastos operacionais	7.816	9.755	(1.939)	-19,9
Depreciação e amortização	10.460	10.378	82	0,8
Outras receitas operacionais	(3.690)	(2.018)	(1.672)	82,9
Outras despesas operacionais	1.046	1.395	(349)	-25,0
Total dos gastos operacionais	231.073	223.524	7.549	3,4

O incremento dos gastos não gerenciáveis foi decorrente, principalmente, do aumento da energia elétrica comprada para revenda (6,4% ou R\$ 8,8 milhões) em relação ao ano anterior. No reajuste tarifário anual de 2019, homologado em agosto pela ANEEL, houve redução de 3,78% do custo previsto com aquisição de energia, tendo sido considerado como referência para o cálculo o mercado de agosto/2018 a julho/2019.

Os gastos gerenciáveis foram impactados, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) aumento de R\$ 2 milhões (24,3%) com serviços de terceiros em relação ao ano anterior; e (ii) aumento de R\$ 1,6 milhão com provisões, em função da constituição de provisão para perdas em litígios cíveis no valor de R\$ 1,5 milhão no exercício, consideradas prováveis pela Administração com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

5.4 Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2019 a Santa Maria registrou lucro líquido de R\$ 32,7 milhões, contra R\$ 23,7 milhões registrado no ano anterior, aumento de 38% ou R\$ 9 milhões. A geração operacional ajustada de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 51,6 milhões em 2019, contra R\$ 37,6 milhões apurados em

Resultados de 2019

2018, crescimento de R\$ 14 milhões ou 37,2%. Esse desempenho decorre, principalmente, do aumento das receitas operacionais da Companhia, em função do crescimento de mercado frente ao ano anterior, e da racionalização dos gastos operacionais gerenciáveis. A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Descrição	2019	2018	Variação (R\$ mil)	Variação (%)
Lucro líquido do exercício	32.678	23.675	9.003	38,0
(-) Reversão dos juros sobre o capital próprio	(7.833)	(7.314)	(519)	7,1
(+) Impostos	8.927	5.680	3.247	57,2
(+) Resultado financeiro	2.896	1.783	1.113	62,4
(+) Depreciação e amortização	10.460	10.378	82	0,8
(=) EBITDA	47.128	34.202	12.926	37,8
(+) Participações estatutárias	4.466	3.404	1.062	31,2
(=) EBITDA ajustado	51.594	37.606	13.988	37,2

Com base nos resultados alcançados em 2019 (legislação societária), a Administração da Santa Maria irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos no valor de R\$ 8,3 milhões (R\$ 1,60 por ação ordinária e R\$ 1,81 por ação preferencial) e juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 7,8 milhões (R\$ 1,58 por ação).

6. DESEMPENHO OPERACIONAL

6.1 Evolução do número de consumidores

A Santa Maria registrou 114.288 consumidores cativos em 31 de dezembro 2019, representando um crescimento de 2,24% em relação a 31 de dezembro 2018.

Classe de consumo	2019	2018	2017	2016	2015
Residencial	70.353	68.956	67.301	66.243	64.996
Rural	32.264	31.655	31.217	30.551	29.907
Comercial, serviços e outros	9.198	8.710	8.389	8.236	8.124
Industrial	1.281	1.286	1.986	1.949	1.888
Demais classes	1.192	1.176	1.175	1.131	1.121
Total	114.288	111.783	110.068	108.110	106.036
Variação	2,24%	1,56%	1,81%	1,96%	2,64%

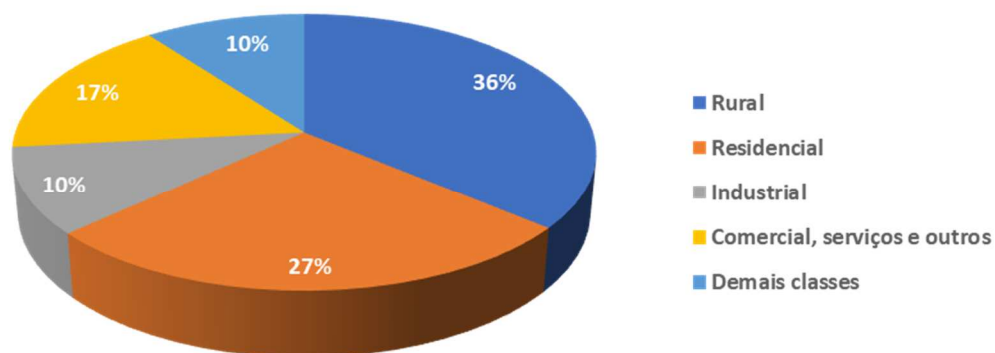
6.2 Mercado de distribuição da Santa Maria

Em 2019 a venda de energia elétrica aos consumidores finais (mercado cativo) da Santa Maria totalizou 529,8 GWh, o que representou um crescimento de 12,7% em relação a 2018 (470 GWh). O desempenho positivo em 2019 é explicado pelo cenário econômico mais favorável, associado às altas temperaturas ao longo do ano. As classes de consumo com as variações mais relevantes em relação ao ano anterior foram: (i) classe rural, com aumento de consumo da ordem de 31,1%, especialmente pelo maior uso dos sistemas automatizados de irrigação; (ii) classes residencial, comercial e poder público, com aumentos de consumo de 8,5%, 7,2% e 11,2%, respectivamente, especialmente pelo maior uso dos aparelhos de ar condicionado; e (iii) classe industrial, com redução de consumo de 6,1%, em função da migração de 5 grandes consumidores do mercado cativo para o mercado livre. A Companhia encerrou 2019 com 16 consumidores livres (11 em 2018). O comportamento do mercado cativo em GWh, por classe de consumo, é apresentado como segue:

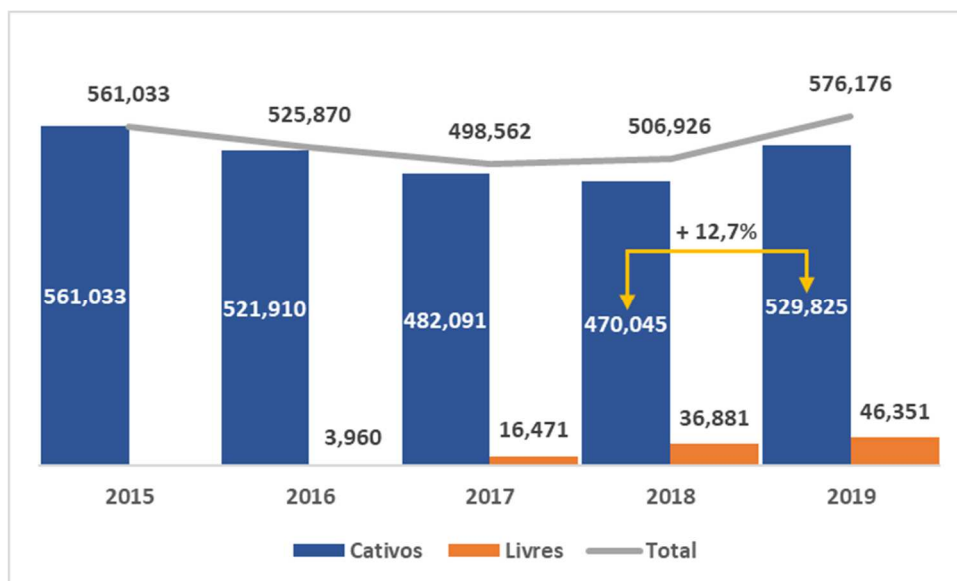
Resultados de 2019

Classe de consumo	2019	2018	Variação (%)
Rural	193,236	147,396	31,1
Residencial	144,840	133,459	8,5
Industrial	54,273	57,777	-6,1
Comercial, serviços e outros	87,902	81,979	7,2
Iluminação pública	19,761	21,803	-9,4
Poder público	16,584	14,920	11,2
Serviço público	12,504	12,001	4,2
Consumo próprio	0,725	0,710	2,1
Total	529,825	470,045	12,7

A participação de mercado por classe de consumidores cativos é demonstrada no gráfico a seguir:



O gráfico a seguir apresenta a evolução do mercado de energia da Santa Maria em GWh, cativo e livre, nos últimos 5 anos:



Resultados de 2019

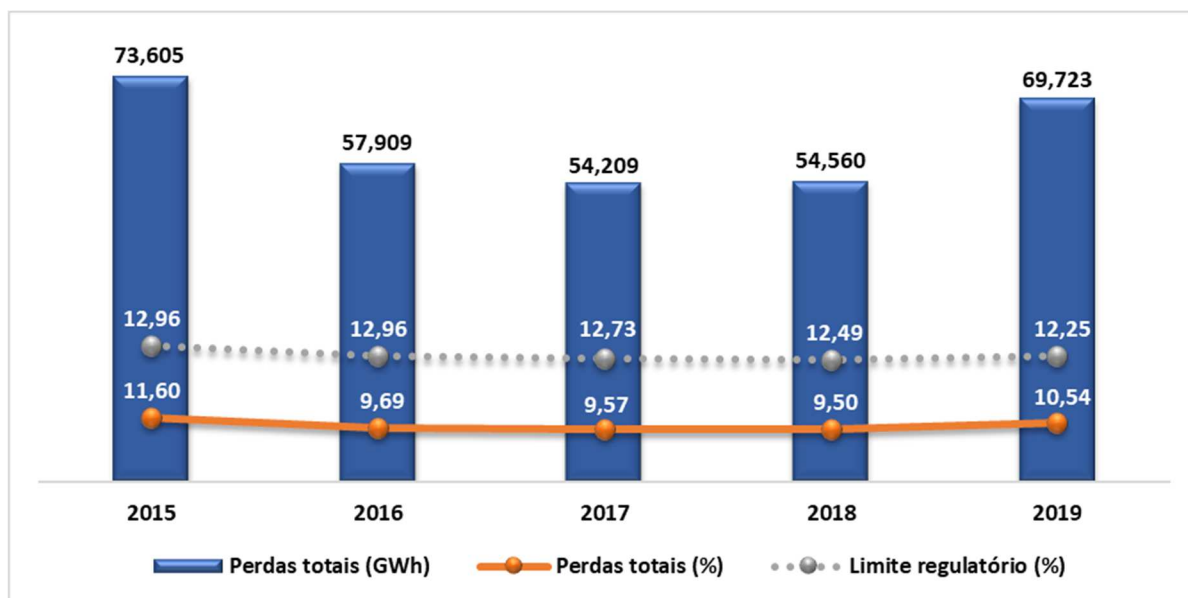
6.3 Perdas

A Santa Maria intensifica a cada ano o combate ao furto e à fraude, além de trabalhar firmemente no propósito de aperfeiçoar cada vez mais a fiscalização das ligações em suas unidades consumidoras e aumentar a produtividade das equipes. A prioridade dada a essas ações tem permitido à Companhia manter os níveis de perdas dentro dos parâmetros regulatórios. Em 2019, as perdas totais de energia elétrica da Companhia situaram em 69,7 GWh, ou 10,5%, contra 54,5 GWh, ou 9,5%, em 2018. O comportamento das perdas é apresentado como segue:

Perdas técnicas (%)		Perdas não técnicas (%)		Perdas totais na distribuição (%)		Limite Aneel (%)
2018	2019	2018	2019	2018	2019	
8,59	8,58	0,91	1,96	9,50	10,54	12,25

Perdas técnicas (GWh)		Perdas não técnicas (GWh)		Perdas totais na distribuição (GWh)		Variação (%)
2018	2019	2018	2019	2018	2019	
49,355	56,774	5,205	12,949	54,560	69,723	27,79

O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas totais de energia elétrica da Santa Maria nos últimos 5 anos:



Resultados de 2019

6.3.1 Balanço energético

Energia requerida	Balanço energético - GWh				
	2019	2018	2017	2016	2015
Venda de energia	529,825	470,045	482,091	521,910	561,033
- Fornecimento	529,825	470,045	482,091	521,910	561,033
Consumidores livres	46,351	36,881	16,471	3,960	0,000
Mercado atendido	576,176	506,926	498,562	525,870	561,033
Perdas na rede básica	16,135	13,310	13,347	14,151	0,000
Perdas na distribuição	69,723	54,560	54,209	57,909	73,605
- Perdas técnicas	56,774	49,355	48,588	50,463	54,262
- Perdas não técnicas - PNT	12,949	5,205	5,621	7,446	19,343
PNT / Energia requerida %	1,96%	0,91%	0,99%	1,25%	3,05%
Perdas totais - PT	85,858	67,870	67,556	72,060	73,605
PT / Energia requerida %	12,97%	11,81%	11,93%	12,05%	11,60%
Total	662,034	574,796	566,118	597,930	634,638

6.4 Taxas de arrecadação e inadimplência

6.4.1 Taxa de arrecadação

O desempenho da arrecadação é medido pela relação entre o valor total arrecadado com energia elétrica, inclusive de exercícios anteriores, e os valores faturados por fornecimento de energia elétrica no exercício. Em 2019, essa taxa ficou em 102,47%, contra 99,67% em 2018. O índice acima de 100% representa a recuperação de clientes em débito com a Santa Maria.

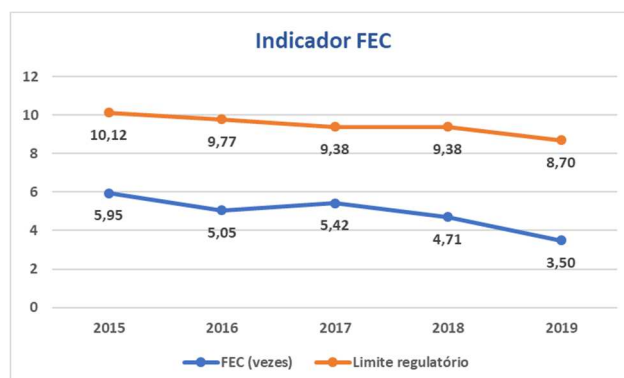
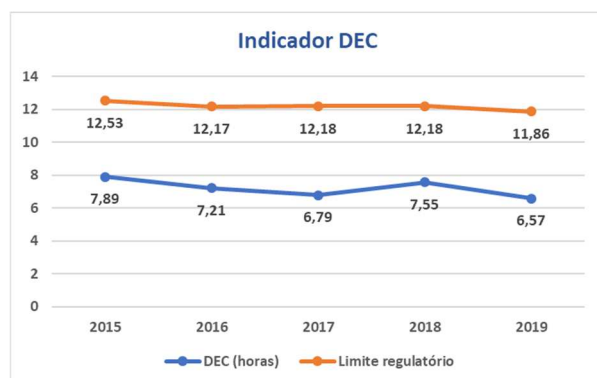
6.4.2 Taxa de inadimplência

A inadimplência é medida pela relação entre a Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa ("PPECLD") e o faturamento acumulado no ano em análise. Na Santa Maria, essa razão foi de 0,27% em 2019 e em 2018.

6.5 Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

Em decorrência dos investimentos realizados pela Companhia e das ações de manutenção preventiva realizadas periodicamente nas instalações do sistema de distribuição de energia elétrica, os indicadores DEC e FEC permaneceram em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL. Os gráficos a seguir demonstram a evolução desses indicadores nos últimos 5 anos:

Resultados de 2019



6.6 Relacionamento com o cliente

A Santa Maria mantém canais de relacionamento que são disponibilizados aos clientes permitindo maior interação, tais como: call center, web site, aplicativo para celular e agências de atendimento presencial. Por meio desses canais, foram registrados 229.516 atendimentos em 2019 (214.831 em 2018).

Além desses canais, há uma estrutura de ouvidoria, que, dentre as suas atribuições, acolhe as reclamações, sugestões, críticas e elogios dos clientes, com a garantia de oferecer respostas a todas as suas manifestações, bem como realizar a intermediação com a ouvidoria da ANEEL.

Para garantir um atendimento de qualidade, a Santa Maria conta com uma moderna central de atendimento telefônico (call center), com infraestrutura e parque tecnológico de última geração. Essa central opera 24 horas por dia, 7 dias por semana, e está estruturada para atendimentos comerciais e de emergência.

Para o atendimento aos clientes de baixa tensão, a Santa Maria está presente nos municípios de sua área de concessão com uma estrutura composta por 12 agências de atendimento presencial.

A Companhia oferece ainda o serviço de ouvidoria, que pode ser acionado por meio de telefone, e-mail, carta, web site, aplicativo para celular, formulários e atendimento presencial, sempre que as manifestações relativas à prestação do serviço e aos direitos do consumidor não forem solucionadas pelos canais de atendimento de primeira instância.

A ouvidoria realiza sempre de maneira ética, imparcial, justa, transparente, isonômica e cortês a intermediação entre as manifestações dos clientes e a Companhia, atuando como representante dos direitos do cliente junto a Santa Maria.

No ano de 2019 a ouvidoria da Santa Maria recepcionou 340 contatos de clientes (173 em 2018) e intermediou 49 manifestações (34 em 2018).

6.7 Sistema de gestão da qualidade

Buscando atender à crescente demanda por qualidade e confiabilidade de seus serviços, a Santa Maria tem implantado um Sistema de Gestão da Qualidade ("SGQ"), baseado na NBR-ISO 9001/2015.

Resultados de 2019

A ISO 9001 é um conjunto de requisitos que tem como objetivo orientar as empresas no sistema de gestão da qualidade de seus processos, com o intuito de satisfazer seus clientes e buscar a melhoria contínua. Com o SGQ e o mapeamento de seus processos produtivos, a Santa Maria tem padronizados todos os seus serviços, obtendo, dessa forma, maior qualidade na gestão de seu negócio. A estruturação dos processos auxilia na implementação de ações mais organizadas e assim, mais assertivas. A Santa Maria busca melhorar continuamente os seus processos, o que garante a atualidade do seu Sistema de Gestão da Qualidade.

Anualmente acontecem auditorias externas e internas em setores alternados para manutenção da certificação, e a cada três anos a Companhia se submete a uma recertificação em que todas as áreas são auditadas.

Em 2019 a Santa Maria recebeu a visita do BSI – *British Standards Institution* (organismo certificador) para realização da auditoria de manutenção e extensão de escopo, incluindo neste a análise técnica/aferição de medidores de energia elétrica, tendo sido na ocasião recomendada a manutenção de sua certificação e extensão do escopo.

Em 2020, atendendo ao calendário de auditorias externas, ocorrerá a auditoria de recertificação.

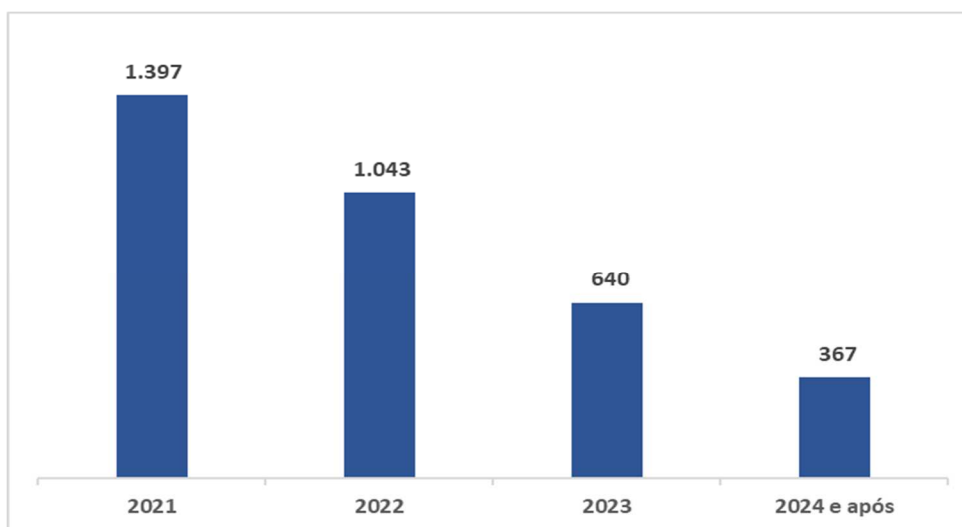
7. ESTRUTURA DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizou R\$ 32,2 milhões, superando o endividamento bruto. Por sua vez, o endividamento líquido, que engloba os empréstimos e financiamentos, passou de R\$ 11,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 16 milhões negativo em 31 de dezembro de 2019. Consequentemente, a relação entre o endividamento líquido e o EBITDA ajustado ao final de 2019 foi de -31,2%. A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Descrição	2019	2018	Variação (%)
Empréstimos e financiamentos - curto prazo	12.690	17.157	-26,04
Empréstimos e financiamentos - longo prazo	3.447	5.899	-41,57
Endividamento bruto	16.137	23.056	-30,01
Caixa e equivalentes de caixa	(32.230)	(11.953)	169,64
Endividamento líquido	(16.093)	11.103	-244,94
Endividamento líquido / EBITDA ajustado (%)	-31,19	29,52	-205,65

Obs.: EBITDA ajustado: EBITDA mais participações estatutárias.

O cronograma de vencimento do endividamento bruto de longo prazo da Companhia é apresentado no gráfico a seguir:



8. CONTEXTO SETORIAL

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) e conta com a participação dos seguintes agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema (“ONS”), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (“SIN”); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

8.1 Tarifas

A Santa Maria é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME, bem como aos termos do seu contrato de concessão. Dessa forma, a tarifa de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL.

Para preservar o equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato de concessão, são previstos três mecanismos de atualização da tarifa de energia elétrica: (i) reajuste tarifário anual; (ii) revisão tarifária periódica (a cada cinco anos); e (iii) revisão tarifária extraordinária.

A data de aniversário dos reajustes tarifários anuais e das revisões tarifárias periódicas da Santa Maria é 22 de agosto. A próxima revisão tarifária da Companhia ocorrerá em 2021.

Resultados de 2019

8.2 Reajuste tarifário anual de 2019

Em agosto, foi homologado pela ANEEL o reajuste tarifário anual da Santa Maria, com efeito médio nas tarifas percebido pelos consumidores de -14,18%, sendo -13,91% para os consumidores residenciais e -15,27% para os consumidores de alta tensão. A seguir apresentamos a participação das Parcelas A e B no reajuste:

Item	Descrição do item	Participação
1	Encargos setoriais	-5,28%
2	Custos de transmissão	-1,16%
3	Custos de aquisição de energia	-3,78%
4	Total da Parcela A (1 + 2 + 3)	-10,22%
5	Total da Parcela B	0,12%
6	Índice de Reposicionamento Tarifário (4 + 5)	-10,10%
7	Efeito dos itens financeiros - Processo atual	0,17%
8	Efeito dos itens financeiros - Processo anterior	-4,25%
9	Reajuste Total Médio das Tarifas (6 + 7 + 8)	-14,18%

8.3 Repasses da Conta de Desenvolvimento Energético

A ANEEL também homologou em agosto, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), a serem repassados à Santa Maria pela CCEE, para custear descontos tarifários concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 62,9 milhões (R\$ 37 milhões em 2018). O valor dos descontos tarifários é registrado mensalmente pela Companhia como receita operacional.

9. GESTÃO DE PESSOAS

9.1 Empregados

Na área de recursos humanos, a Santa Maria atua para fortalecer a gestão por resultados, sustentada na busca por um ambiente de trabalho ético, justo e responsável, que proporcione qualidade de vida e satisfação aos empregados, garantindo condições de desempenho, desenvolvimento e reconhecimento.

Ao final de 2019, 316 colaboradores integravam o quadro funcional da Companhia, com a seguinte composição:

Empregados próprios em 31.12.2019, por gênero e categoria funcional

Categoria funcional	Homens	% dos homens	Mulheres	% das mulheres	Total	% do total
Gerência	29	11%	5	12%	34	11%
Engenheiros, especialistas e analistas	69	25%	31	74%	100	32%
Eletricistas, técnicos e operadores	176	64%	6	14%	182	57%
Total	274	100%	42	100%	316	100%

Além desse contingente, a Santa Maria contava também com 61 colaboradores terceirizados.

O nível de escolaridade dos empregados próprios da Companhia está apresentado a seguir:

Resultados de 2019

Nível de escolaridade	Nº de colaboradores	% dos colaboradores
Ensino superior completo	63	20%
Ensino médio	161	51%
Ensino fundamental	92	29%
Total	316	100 %

Ao longo do ano de 2019 foram registradas 41 admissões (28 homens e 13 mulheres) e 28 desligamentos (27 homens e 1 mulher).

Na área de treinamento e desenvolvimento a Santa Maria mantém um programa de capacitação permanente para os seus colaboradores. Em 2019, destacamos os seguintes: (i) “Desafios diários do atendimento presencial, on line e telemarketing”, que consistiu na construção de um novo olhar e uma nova postura para o atendimento ao consumidor, com a utilização de ferramentas baseadas em programação neurolinguística; e (ii) “Movimento A 10”, que promoveu uma reflexão crítica sobre atendimento e identificou aspectos que contribuem para a satisfação das necessidades dos clientes.

Adicionalmente, a Santa Maria também garante aos seus colaboradores o direito de livre associação, e negocia e firma acordos coletivos de trabalho com o sindicato que os representa. Esses acordos incluem o reajuste salarial anual e atualizações do plano de benefícios, entre outros temas.

9.2 Saúde e segurança no trabalho

A saúde e segurança no trabalho é uma prioridade para a Santa Maria. Além de atender a toda legislação vigente, e orientar e treinar seus colaboradores por meio de campanhas e ações específicas, a Companhia promove anualmente a Semana Interna de Prevenção de Acidentes – SIPAT, que em 2019 teve como tema “A única maneira de fazer um excelente trabalho com segurança, é amar o que você faz”.

Durante a SIPAT 2019, com a participação de cerca de 180 colaboradores, foram promovidas várias palestras e treinamentos que abordaram os seguintes temas: (i) direção defensiva; (ii) legislação de trânsito e comportamento seguro; (iii) resgate em altura e primeiros socorros; e (iv) segurança se faz em equipe.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia patrocinou uma campanha de vacinação contra a gripe (“H1N1”), imunizando mais de 270 colaboradores, além de ter oferecido tratamento dentário por meio da Unidade Móvel Odontológica (“UMO”) do SESI, tendo registrado 129 atendimentos.

10. PESQUISA & DESENVOLVIMENTO

Desde o ano de 2017 a Santa Maria tem executado o projeto de P&D intitulado “Sistema Integrado para Indicação de Ações Técnicas de Combate às Perdas Elétricas em Redes de Distribuição Urbanas e Rurais de MT e BT Através da Monitoração Online Centralizada de Grandezas Elétricas”, classificado na fase da cadeia de inovação denominada “Cabeça de Série – CS”, o que significa dizer que a tecnologia desenvolvida no projeto anterior – fase de desenvolvimento experimental –, concluído no ano de 2015, tem sido aplicada para fins de aperfeiçoamento da metodologia, sendo preparada, inclusive, para a inserção do produto em desenvolvimento no mercado nacional, ante sua relevância e aplicabilidade no setor elétrico nacional.

Resultados de 2019

O projeto em execução tem como escopo o aperfeiçoamento da metodologia, do sistema computacional e do equipamento de monitoração desenvolvidos na fase anterior do projeto de P&D, visando à detecção, identificação, à segregação e à localização de perdas elétricas (segregadas nas componentes técnicas e comerciais), assim como a monitoração de parâmetros de qualimetria (segundo os procedimentos vigentes do PRODIST) em redes de distribuição urbanas e rurais de Média Tensão e Baixa Tensão, através de monitoração online e acesso às bases de dados energéticos da concessionária.

A previsão de conclusão do projeto é fevereiro/2021, com investimento estimado em R\$ 1,5 milhão.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Ciente de sua responsabilidade e da importância do seu papel social nas comunidades onde está inserida, a Santa Maria apoia e desenvolve projetos que promovam educação, cultura, esporte, geração de renda, empreendedorismo, melhoria ambiental e desenvolvimento econômico e social.

Entre as principais ações realizadas no último ano, destacam-se:

Eficiência Energética

No ano de 2019 foi concluído o projeto de Eficiência Energética intitulado “Santa Maria Ilumina I – SMI I”, iniciado em 2018 e que teve por objetivo a efficientização energética de 2.600 pontos de iluminação pública nos municípios que integram a área de concessão da Companhia, por meio da substituição de lâmpadas e luminárias convencionais (vapor de mercúrio, mista, vapor metálico e vapor de sódio) por luminárias de tecnologia LED.

Finalizado em setembro/2019, o projeto atingiu a marca de 2.805 pontos de iluminação efficientizados, o que foi possível ante a necessidade de redimensionamento da potência de algumas luminárias e em decorrência da obtenção de melhores valores de serviço, viabilizando a elevação do número de pontos sem impacto significativo sobre o valor inicialmente previsto.

Foram investidos nesse projeto recursos da ordem de R\$ 3,8 milhões. Através das ações empreendidas, foi obtida redução de 834,8 MWh/ano de consumo, além da redução de demanda na ponta de 58%, ou 196,6 kW, representando uma economia de energia de 56%.

Patrocínios e apoios

- Montagem da tradicional árvore de Natal no município de Colatina, que completou 17 anos ininterruptos em 2019;
- Patrocínio para diversos eventos educativos, culturais e esportivos;
- Doações para diversas entidades beneficentes; e
- Doação para o Fundo da Infância e Adolescência.

Iniciativas ambientais

A Santa Maria desenvolve atividades e programas com a finalidade de prevenir, controlar, mitigar ou compensar impactos ambientais nas comunidades em que atua, dentre os quais destacamos:

Resultados de 2019

- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD;
- Programa de Monitoramento de Peixes;
- Programa de Gerenciamento de Resíduos – PGR;
- Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo de Água; e
- Programa de Educação Ambiental – PEA.

12.AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Santa Maria esclarece que a empresa Baker Tilly Brasil – ES Auditores Independentes, no exercício de 2019, prestou a essa Companhia, exclusivamente, serviços de auditoria.

A Administração da Santa Maria entende e declara que esses serviços foram prestados em atendimento às normas de independência que regem os trabalhos de auditoria.

A Administração.

Demonstrações Contábeis Regulatórias**1. Balanços patrimoniais regulatórios – Ativo**

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
			Reapresentado
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	32.230	11.953
Consumidores	6	31.916	38.249
Concessionárias e permissionárias	7	1.866	371
Tributos compensáveis	8	17.294	515
Almoxarifado operacional	9	1.433	1.251
Ativos financeiros setoriais, líquidos	10	7.490	25.772
Despesas pagas antecipadamente	35.1	215	302
Reembolsos do fundo da CDE	11	21.305	3.910
Outros ativos circulantes	12	541	493
Total do ativo circulante		114.290	82.816
Ativo não circulante			
Tributos compensáveis	8	30.057	542
Depósitos judiciais e cauções	29.1	109	99
Outros ativos não circulantes	12	716	1.365
Imobilizado	13	210.770	209.151
Intangível	14	682	691
Total do ativo não circulante		242.334	211.848
Total do ativo		356.624	294.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Resultados de 2019

2. Balanços patrimoniais regulatórios – Passivo

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
			Reapresentado
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	15	17.329	19.372
Empréstimos e financiamentos	16	12.690	17.157
Obrigações sociais e trabalhistas	17	7.776	6.298
Tributos	18	8.707	10.056
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio	19	14.932	12.581
Encargos setoriais	20	5.150	6.335
Consumidores	21	16.287	-
Outros passivos circulantes	22	1.518	1.636
Total do passivo circulante		84.389	73.435
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	3.447	5.899
Tributos	18	12.752	14.878
Provisões	29	1.489	-
Consumidores	21	32.582	-
Outros passivos não circulantes	22	289	555
Obrig. vinc. à concessão do serv. público de energia elétrica	23	63.878	63.252
Total do passivo não circulante		114.437	84.584
Total do passivo		198.826	158.019
Patrimônio líquido	24		
Capital social	24.1	112.499	100.000
Reservas de lucro	24.2	32.830	21.436
Outros resultados abrangentes	24.3	12.469	15.209
Total do patrimônio líquido		157.798	136.645
Total do passivo e do patrimônio líquido		356.624	294.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Resultados de 2019

3. Demonstrações dos resultados dos exercícios regulatórios

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2019	2018 Reapresentado
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso			
Fornecimento de energia elétrica		190.180	175.073
Energia elétrica de curto prazo		13.190	7.807
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		165.966	144.533
Ativos e passivos financeiros setoriais		(17.504)	19.522
Serviços cobráveis		433	507
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		67.615	48.935
Total da receita bruta		419.880	396.377
Tributos			
ICMS		(76.300)	(69.524)
PIS-PASEP		(6.344)	(6.732)
Cofins		(29.220)	(31.008)
Total dos tributos		(111.864)	(107.264)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(1.361)	(1.254)
Programa de eficiência energética - PEE		(1.361)	(1.254)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(31.649)	(31.324)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE		(332)	(318)
Outros encargos		(1.106)	(4.211)
Total dos encargos - Parcela "A"		(35.809)	(38.361)
Receita líquida / Ingresso líquido	25	272.207	250.752
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"			
Energia elétrica comprada para revenda		(145.582)	(136.806)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(28.517)	(32.160)
Total dos custos não gerenciáveis - Parcela "A"	26	(174.099)	(168.966)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		98.108	81.786
Custos gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e administradores		(26.342)	(26.162)
Material		(3.080)	(3.007)
Serviços de terceiros		(10.277)	(8.270)
Arrendamentos e aluguéis		(1.297)	(1.178)
Seguros		(476)	(567)
Doações, contribuições e subvenções		(46)	(33)
Provisões		(2.476)	(819)
Perdas na alienação de bens e direitos		(19)	(73)
(-) Recuperação de despesas		567	522
Tributos		(383)	(325)
Depreciação e amortização		(10.460)	(10.378)
Gastos diversos		(5.329)	(4.891)
Outras receitas operacionais		3.690	2.018
Outras despesas operacionais		(1.046)	(1.395)
Total dos custos gerenciáveis - Parcela "B"	27	(56.974)	(54.558)
Resultado da atividade		41.134	27.228
Resultado financeiro			
Despesas financeiras		(14.225)	(10.792)
Receitas financeiras		11.329	9.009
Total do resultado financeiro	28	(2.896)	(1.783)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		38.238	25.445
Imposto de renda	18.2	(5.497)	(3.512)
Contribuição social	18.2	(3.430)	(2.168)
Participações e contribuições	17.1	(4.466)	(3.404)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	19	7.833	7.314
Resultado líquido do exercício		32.678	23.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

4. Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórios

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u> <u>Reapresentado</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		32.678	23.675
Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa			
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa		987	819
Depreciação e Amortização	27	14.886	14.618
Amortização das obrigações especiais	27	(3.844)	(3.692)
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	28	(228)	(1.563)
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	28	124	251
Encargos sobre operação de mútuo	28	128	96
Resultado com derivativos - Swap	28	531	109
Provisão para litígios cíveis	29	1.489	-
		46.751	34.313
Diminuição (aumento) de ativos operacionais			
Contas a receber de clientes e outros	6	5.786	(5.354)
Concessionárias e permissionárias	7	(1.495)	(371)
Tributos compensáveis	8	(46.294)	1.712
Amoxarifado operacional	9	(182)	(4)
Despesas pagas antecipadamente	35.1	87	45
Depósitos judiciais e cauções	29.1	(10)	22
Ativos financeiros setoriais, líquidos	10	18.510	(17.795)
Reembolsos do fundo da CDE	11	(17.395)	(14.517)
Outros ativos operacionais	12	161	(476)
		(40.832)	(36.738)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores	15	(2.043)	3.633
Obrigações sociais e trabalhistas	17	1.478	1.380
Tributos	18	(3.475)	(3.732)
Encargos setoriais	20	(1.309)	(165)
Consumidores	21	48.869	-
Outros passivos	22	(384)	412
		43.136	1.528
Caixa líquido das atividades operacionais		49.055	(897)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado e intangível	13 e 14	(17.848)	(12.766)
Adições as obrigações especiais	23	4.470	1.580
Baixas do ativo imobilizado e intangível	13 e 14	1.352	1.547
Caixa líquido das atividades de investimento		(12.026)	(9.639)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		6.217	-
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio	19	(15.391)	(13.298)
Captção de empréstimos e financiamentos	16.3	10.000	13.880
Amortização de principal e encargos sobre empréstimos e financiamentos	16.3	(18.659)	(3.814)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	28	1.081	626
Caixa líquido das atividades de financiamento		(16.752)	(2.606)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		20.277	(13.142)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		11.953	25.095
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		32.230	11.953
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		20.277	(13.142)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

5. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatório

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucro			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 01 de janeiro de 2018	100.000	2.572	2.352	6.070	18.127	-	129.121
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	23.675	23.675
Outros resultados abrangentes:							
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(4.419)	4.419	-
Efeito dos tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	1.501	(1.501)	-
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	3.132	-	-	-	(3.132)	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.160	-	-	(1.160)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	8.623	-	(8.623)	-
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.473)	-	(13.678)	(16.151)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	100.000	5.704	3.512	12.220	15.209	-	136.645
Aumento do capital social	12.499	(5.525)	-	(757)	-	-	6.217
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	32.678	32.678
Outros resultados abrangentes:							
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(4.154)	4.154	-
Efeito dos tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	1.414	(1.414)	-
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	4.727	-	-	-	(4.727)	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.521	-	-	(1.521)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	13.064	-	(13.064)	-
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.636)	-	(16.106)	(17.742)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	112.499	4.906	5.033	22.891	12.469	-	157.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias dos
exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Empresa Luz e Força Santa Maria S/A (“Santa Maria” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil. A Companhia detém a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica nos termos do Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, com vigência até 7 de julho de 2045, atuando em 11 municípios no Estado do Espírito Santo, com uma área de concessão de 4.994 km². As atividades da Companhia são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

As principais obrigações estabelecidas às partes no contrato de concessão são as seguintes:

Concedente: fiscalizar o cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário, para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Companhia.

Companhia: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar, pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica, as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

A concessão poderá ser extinta pelo advento do termo contratual, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária.

2. Base de preparação***2.1 Declaração de conformidade***

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Resultados de 2019

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa por apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2020.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota Explicativa nº 32.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis regulatórias.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Resultados de 2019

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados (Nota Explicativa nº 25); (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da CCEE (Nota Explicativa nº 25); (iii) a análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6); (iv) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (Nota Explicativa nº 29); e (v) valores a compensar e/ou repassar da Parcela A e outros itens financeiros (Nota Explicativa nº 10).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis regulatórias apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Reapresentação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu à reapresentação espontânea de forma retrospectiva de saldos apresentados no balanço patrimonial regulatório, demonstração do resultado regulatório e demonstração dos fluxos de caixa regulatórios relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente aprovados em 01 de março de 2019. As reapresentações efetuadas não alteraram o total do ativo, passivo, patrimônio líquido, lucro líquido do exercício e a demonstração dos fluxos de caixa, e estão apresentadas a seguir:

Balanço patrimonial	Ref.	2018		
		Apresentado	Reapresentações	Reapresentado
Ativo circulante				
Reembolsos do fundo da CDE	(a)	-	3.910	3.910
Outros ativos circulantes	(a)	4.403	(3.910)	493
Ativos circulantes não impactados		78.413	-	78.413
Total do circulante		82.816	-	82.816
Ativo não circulante				
Ativos não circulantes não impactados		211.848	-	211.848
Total do não circulante		211.848	-	211.848
Total do ativo		294.664	-	294.664

Demonstração do resultado do exercício	Ref.	2018		
		Apresentado	Reapresentações	Reapresentado
Receita líquida / Ingresso líquido		250.752	-	250.752
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(168.966)	-	(168.966)
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(b)	(54.964)	406	(54.558)
Resultado financeiro	(b)	(1.377)	(406)	(1.783)
Impostos		(5.680)	-	(5.680)
Participações estatutárias		(3.404)	-	(3.404)
Reversão dos juros sobre o capital próprio		7.314	-	7.314
Lucro líquido do exercício		23.675	-	23.675

Demonstração dos fluxos de caixa	Ref.	2018		
		Apresentado	Reapresentações	Reapresentado
Lucro líquido do exercício		23.675	-	23.675
Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa		10.638	-	10.638
		34.313	-	34.313
Diminuição (aumento) de ativos operacionais				
Reembolsos do fundo da CDE	(a)	-	(14.517)	(14.517)
Outros ativos	(a)	(4.386)	3.910	(476)
Variações não impactadas		(21.745)	-	(21.745)
		(26.131)	(10.607)	(36.738)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Outros passivos	(a)	(10.195)	10.607	412
Variações não impactadas		1.116	-	1.116
		(9.079)	10.607	1.528
Caixa líquido das atividades operacionais		(897)	-	(897)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Fluxo de caixa das atividades de investimento não impactados		(9.639)	-	(9.639)
Caixa líquido das atividades de investimento		(9.639)	-	(9.639)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento não impactados		(2.606)	-	(2.606)
Caixa líquido das atividades de financiamento		(2.606)	-	(2.606)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		(13.142)	-	(13.142)

- (a) Reapresentação efetuada para evidenciar o montante da rubrica “Reembolsos do fundo da CDE”, anteriormente classificado na rubrica “Outros ativos circulantes” (Nota Explicativa nº 11).
- (b) Reapresentação efetuada para alocar o montante dos tributos incidentes sobre as receitas financeiras (PIS/COFINS) na rubrica “Receitas financeiras”, anteriormente classificado na rubrica “Tributos” (Nota Explicativa nº 28).

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis regulatórias.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. São

Resultados de 2019

registrados inicialmente pelo custo das transações originárias, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros contratuais auferidos até a data do balanço (Nota Explicativa nº 5).

b) Instrumentos Financeiros

- Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor Justo por meio do Resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

- Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

- Compensação de saldos (“*offsetting*”)

Resultados de 2019

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”)

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

c) Consumidores

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ou a ser faturado, e incluem os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, os valores faturados a consumidores finais e a receita referente à energia consumida e não faturada. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, e estão apresentados pelo valor presente e são deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação por meio da constituição de provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa – PPECLD (Nota Explicativa nº 6).

d) Estoques

Estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização.

e) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ao final de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo. A Companhia considera sua rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa. O valor recuperável do ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foi constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

f) Ativo imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

Resultados de 2019

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício (Nota Explicativa nº 13).

g) Ativo imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

- (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;
- (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;
- (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e
- (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros (Nota Explicativa nº 13).

h) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Resultados de 2019

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível (Nota Explicativa nº 14).

i) Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente (Nota Explicativa nº 23).

j) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura vinculados à prestação de serviço público, utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, que vigeu até 8 de dezembro de 2015, bem como a atual norma prevista na Resolução Normativa ANEEL nº 691, de 8 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, deduzido dos encargos incidentes sobre os mesmos, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

k) Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei nº 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL (Nota Explicativa nº 24.3).

l) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a

Resultados de 2019

valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

m) Subvenções governamentais

A receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, é reembolsada pela CCEE.

n) Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos.

Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão (Nota Explicativa nº 10).

o) Empréstimos e financiamentos

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

p) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

- **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Resultados de 2019

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE, válido até 2027, que provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração. Esse incentivo fiscal foi reconhecido no resultado do exercício da Companhia. Em atendimento ao que determina a Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2091-A, de 28 de dezembro de 2007, o valor do imposto de renda que deixar de ser pago não poderá ser distribuído aos acionistas, devendo ser transferido para a rubrica “Reserva de incentivos fiscais” nas reservas de lucro, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

- Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações contábeis e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do imposto de renda e da contribuição social correntes. As bases utilizadas para o cálculo dos impostos diferidos são revisadas a cada exercício e ajustadas quando aplicável.

q) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Atualmente, o critério utilizado está de acordo com o estabelecido na Instrução Contábil 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a qual é considerada suficiente pela Administração da Companhia para absorver eventuais perdas na realização dos créditos (Nota Explicativa nº 6).

s) Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados, bem como o valor da receita operacional possam ser mensurados de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de

Resultados de 2019

serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

t) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem, basicamente, as receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

u) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

v) Benefícios pós emprego

- Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições ao plano de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível (Nota Explicativa nº 33).

w) Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)

Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos / encargos incorridos até a data do balanço.

x) Informações por segmento

Por possuir apenas um segmento, o de distribuição de energia elétrica, a Companhia não apresenta informações segmentadas em Nota Explicativa específica.

4. Eventos significativos no exercício

4.1 Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

No dia 12 de março de 2019, a Companhia obteve o trânsito em julgado com decisão favorável em processo judicial, no qual foi reconhecido o direito de excluir os valores do ICMS próprio da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como de reaver os valores recolhidos anteriormente. Com base nesta decisão, o ICMS deixou de compor a base de cálculo do PIS e da COFINS da Companhia nos faturamentos realizados a partir do mês de maio de 2019. Além disso, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 52.630 a recuperar, atualizado monetariamente, retroativo a competência julho de 2011, na rubrica “Tributos compensáveis” (Nota Explicativa nº 8), e em contrapartida reconheceu obrigação na rubrica “Consumidores” (Nota Explicativa nº 21). A Receita

Resultados de 2019

Federal do Brasil deferiu o pedido de habilitação dos créditos no dia 20 de maio de 2019. A Companhia, por sua vez, iniciou as compensações a partir do mês de junho de 2019, e o repasse dos valores recuperados aos consumidores a partir do mês de julho de 2019. Por se tratar de matéria eminentemente tributária, e considerando que a Companhia apurou de forma individualizada o ônus suportado por cada consumidor durante o período compreendido no processo judicial, a Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entendeu que a forma mais adequada e transparente de repasse dos valores recuperados também seria de forma individualizada, mediante crédito lançado diretamente nas contas de energia elétrica. Dessa forma, como o procedimento de repasse dos valores recuperados adotado pela Companhia não envolve as tarifas homologadas ou qualquer outro mecanismo regulatório, não houve formulação de consulta prévia à ANEEL.

4.2 Assuntos regulatórios

4.2.1 Reajuste tarifário anual de 2019

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.591, de 13 de agosto de 2019, a diretoria da ANEEL aprovou, durante reunião pública, o reajuste tarifário anual da Companhia, vigente no período de 22 de agosto de 2019 a 21 de agosto de 2020.

Em média, as tarifas foram reajustadas em -14,18%, sendo que o efeito para os consumidores residenciais foi de -13,91% e para os consumidores de alta tensão (grupo A) de -15,27%.

O efeito médio de -14,18% decorre: (i) do reajuste dos itens de custos das Parcelas A e B, calculados conforme estabelecido no contrato de concessão, para a formação da Receita Requerida; (ii) da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes; e (iii) da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo de reajuste tarifário anual de 2018, que vigoraram até a data do reajuste em processamento.

4.2.2 Bandeiras tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

Em 13 de agosto de 2018, a Resolução Normativa ANEEL nº 826, alterou as regras de repasse, conforme proposta de abertura da 2ª fase da Audiência Pública nº 61/2017, onde foi sugerido que os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras fossem apurados após a alocação prioritária das receitas na área de concessão que as gerou. Desse modo, as empresas devedoras passaram a aportar na Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT") apenas as receitas excedentes. Já as empresas credoras da CCRBT passaram a receber, a título de repasse, uma parcela desse excedente, proporcional ao seu custo não coberto por seus próprios recursos. Esta alteração aloca, de forma mais eficiente, os recursos provenientes das Bandeiras Tarifárias, mitigando o subsídio cruzado entre as distribuidoras e priorizando a alocação dos recursos nas áreas de concessão de origem.

Resultados de 2019

Atualmente, existem quatro faixas de bandeiras: (i) vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$ 41,69/MWh; (ii) vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$ 62,43/MWh; (iii) amarela, com acréscimo de R\$ 13,43/MWh; e (iv) verde, sem acréscimo.

Nos doze meses de 2019 e 2018, vigoraram as seguintes bandeiras tarifárias:

Mês	Cor da bandeira	
	2019	2018
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Amarela	Amarela
Junho	Verde	Vermelha patamar 2
Julho	Amarela	Vermelha patamar 2
Agosto	Vermelha patamar 1	Vermelha patamar 2
Setembro	Vermelha patamar 1	Vermelha patamar 2
Outubro	Amarela	Vermelha patamar 2
Novembro	Vermelha patamar 1	Amarela
Dezembro	Amarela	Verde

Em 2019 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 8.230 de bandeira tarifária (R\$ 9.757 em 2018), sendo que, deste montante, R\$ 2.889 foram recebidos através da CCRBT (R\$ 720 em 2018), criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE.

4.2.3 Decreto nº 9.642/2018 – Eliminação gradual de subsídios

O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, alterou o artigo 1º do Decreto nº 7.891/2013, que trata da aplicação de descontos tarifários, de modo a vedar a cumulatividade de descontos sobre as tarifas de distribuição de energia elétrica, de maneira a prevalecer o que confira maior benefício ao consumidor (essa situação apenas se aplicava aos consumidores atendidos em baixa tensão como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial).

O decreto também determina que, a partir de 2019, os descontos aplicados aos consumidores classificados como rural, cooperativa de eletrificação rural, serviço público de água, esgoto e saneamento e serviço público de irrigação, sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que o percentual seja zero. De acordo com a Resolução Normativa nº 868 de 17 de dezembro de 2019, a aplicação do novo percentual dos subsídios em cada ano deve ser feita a partir da homologação dos respectivos reajustes ou procedimentos ordinários de revisão tarifária de cada distribuidora, mantendo-se até esta data a aplicação do percentual do ano anterior.

Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), que repassa às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores.

Em 4 de abril de 2019 foi publicado o Decreto nº 9.744/2019 que alterou novamente o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, de modo a retornar à situação anterior, assim os consumidores atendidos em baixa tensão, como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em

Resultados de 2019

horário especial da madrugada, voltam a ter o desconto sobre a tarifa da classe rural na baixa tensão.

4.2.4 Nível contratual

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor elétrico, em especial o Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia fez uso dos mecanismos disponíveis para gerenciar o seu portfólio.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Composição	2019	2018
Caixa e depósitos bancários à vista	2.847	2.676
Aplicações financeiras de curto prazo	29.383	9.277
Total	32.230	11.953

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2019 equivale a 87,4% do CDI (93,2% em 2018).

6. Consumidores

Classe de consumo	Valores correntes				Valores renegociados			2019	2018
	Vincendos	Vencidos	PPECLD	Total	A receber	PPECLD	Total		
Fornecimento faturado (a)									
Residencial	5.693	4.037	(405)	9.325	163	(71)	92	9.417	11.188
Comercial,serviços e outros	3.592	1.899	(655)	4.836	416	(58)	358	5.194	6.799
Industrial	2.362	2.384	(923)	3.823	556	(298)	258	4.081	5.863
Rural	1.047	2.223	(179)	3.091	102	(23)	79	3.170	3.219
Poder Público	872	88	(8)	952	-	-	-	952	1.063
Iluminação Pública	696	71	(28)	739	-	-	-	739	1.691
Serviço Público	693	9	-	702	-	-	-	702	747
Subtotal	14.955	10.711	(2.198)	23.468	1.237	(450)	787	24.255	30.570
Fornecimento não faturado (b)	7.527	-	-	7.527	-	-	-	7.527	7.568
Serviços cobráveis	41	-	-	41	-	-	-	41	61
Participação financeira	127	-	(36)	91	-	-	-	91	49
Encargos tarifários	2	-	-	2	-	-	-	2	1
Total	22.652	10.711	(2.234)	31.129	1.237	(450)	787	31.916	38.249

(a) Os valores correntes de fornecimento faturado possuem a seguinte abertura:

	Vincendos (i)	Valores vencidos						
					Há mais			
		Até 90	91 a 180	181 a 360	de 360			
Classe de consumo	Até 60 dias	dias	dias	dias	dias	PPECLD (ii)	2019	2018
Residencial	5.693	3.633	81	54	269	(405)	9.325	11.114
Comercial, serviços e outros	3.592	1.192	52	83	572	(655)	4.836	6.081
Industrial	2.362	1.388	28	45	923	(923)	3.823	5.502
Rural	1.047	1.876	101	67	179	(179)	3.091	3.164
Poder Público	872	79	-	-	9	(8)	952	1.062
Iluminação Pública	696	43	-	-	28	(28)	739	1.691
Serviço Público	693	9	-	-	-	-	702	747
Total	14.955	8.220	262	249	1.980	(2.198)	23.468	29.361

- (i) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos; e
- (ii) Os valores relativos à provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) foram constituídos em bases consideradas suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções emitidas pelo órgão regulador e nas práticas adotadas pela Companhia, resumidas a seguir:

- Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, baseado na experiência real de perda de crédito dos últimos anos.

- Demais débitos

Em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos:

- Consumidores residenciais há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, há mais de 360 dias.

A movimentação da PPECLD está assim apresentada:

Movimentação	R\$ mil
Saldo em 01 de janeiro de 2018	(1.379)
Adições	(867)
Baixas	262
Reversões	220
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.764)
Adições	(966)
Baixas	305
Reversões	227
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.198)

- (b) Consiste na estimativa de energia fornecida entre a data de leitura e o encerramento do mês, conforme prática descrita no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Resultados de 2019

7. Concessionárias e permissionárias

Composição	2019	2018
Suprimento - CCEE - MCP (a)	1.294	371
Suprimento - CCEE - MVE (b)	572	-
Total	1.866	371

- (a) Refere-se aos créditos provenientes da comercialização de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo ("MCP") no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), deduzidos das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2019. As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.
- (b) Refere-se aos créditos provenientes da comercialização de energia elétrica no Mecanismo de Venda de Excedentes ("MVE") no âmbito da CCEE.

8. Tributos compensáveis

Composição	Ref.	Circulante		Não circulante	
		2019	2018	2019	2018
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	82	82	-	-
Programa de integração social - PIS	(b)	2.976	-	5.257	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(b)	13.797	-	24.064	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	(c)	425	413	736	542
Outros		14	20	-	-
Total		17.294	515	30.057	542

- (a) Refere-se ao saldo negativo de CSLL apurado no exercício 2016 pendente de restituição.
- (b) Refere-se ao direito de recuperar os valores recolhidos anteriormente com base no trânsito em julgado com decisão favorável em processo judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (Nota Explicativa nº 4.1). A movimentação dos valores ao longo do exercício de 2019 está demonstrada a seguir:

Movimentação	PIS	COFINS	TOTAL
Reconhecimento inicial	9.388	43.242	52.630
Atualizações no período	259	1.191	1.450
Compensações no período	(1.414)	(6.572)	(7.986)
Total	8.233	37.861	46.094
Circulante	2.976	13.797	16.773
Não circulante	5.257	24.064	29.321

- (c) Refere-se ao imposto creditado nos termos da Lei Complementar nº 87/1996, apropriado à razão de 1/48 avos por mês.

9. Almoxarifado operacional

O saldo de R\$ 1.433 (R\$ 1.251 em 2018) se refere às aquisições de materiais necessários à execução, conservação e manutenção do sistema de distribuição, e está assim representado:

Resultados de 2019

Composição	2019	2018
Almoxarifado de manutenção e operação	1.174	1.045
Adiantamentos a fornecedores	240	161
Outros	19	45
Total	1.433	1.251

10. Ativos financeiros setoriais, líquidos

Os ativos e passivos financeiros setoriais se referem aos valores originados da diferença temporal entre os custos homologados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos homologados são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção da concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

No balanço patrimonial os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais são compensados entre si e apresentados pelo valor líquido no ativo ou no passivo, conforme o caso. A movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros setoriais está demonstrada a seguir:

Movimentação	2019	2018
Saldos iniciais	25.772	6.414
Constituição	9.685	37.074
Bandeiras tarifárias	(8.230)	(9.757)
Amortização	(18.959)	(7.795)
Atualização	228	1.563
Ressarcimento de encargos	(1.006)	(1.727)
Saldos finais	7.490	25.772

A composição dos ativos e passivos financeiros setoriais no exercício é demonstrada como segue:

	Receita operacional líquida				Resultado financeiro	Ressarcimento de encargos	Saldos em 31/12/2019	Valores em amortização	Valores em constituição	Valores em saldo a compensar (v)
	Saldos em 31/12/2018	Constituição	Bandeiras Tarifárias (vii)	Amortização	Atualização					
Ativos financeiros setoriais	34.324	21.041	(7.033)	(25.407)	1.273	-	24.198	11.881	10.149	2.168
Itens da Parcela A (i)										
Aquisição de energia	28.369	15.466	(7.033)	(19.506)	940	-	18.236	8.353	9.284	599
Proinfa	67	345	-	(157)	16	-	271	249	-	22
Transporte rede básica	1.476	1.026	-	(1.449)	67	-	1.120	500	586	34
Transporte itaipu	143	158	-	(190)	121	-	232	91	67	74
ESS	886	1.674	-	(1.282)	3	-	1.281	5	-	1.276
CDE	3.383	2.372	-	(2.823)	126	-	3.058	2.683	212	163
Componentes financeiros	17.630	13.461	(1.197)	(19.127)	(26)	-	10.741	9.388	1.353	-
Neutralidade da Parcela A (ii)	8.522	5.657	-	(13.244)	(28)	-	907	417	490	-
Sobrecontratação de energia (iii)	8.164	3.915	(1.197)	(4.840)	2	-	6.044	5.181	863	-
Outros itens financeiros (vi)	944	3.889	-	(1.043)	-	-	3.790	3.790	-	-
Total dos ativos financeiros setoriais	51.954	34.502	(8.230)	(44.534)	1.247	-	34.939	21.269	11.502	2.168

	Receita operacional líquida					Resultado financeiro				
	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Bandeiras Tarifárias (vii)	Amortização	Atualização	Ressarcimento de encargos	Saldo em 31/12/2019	Valores em amortização	Valores em constituição	Valores em saldo a compensar (v)
Passivos financeiros setoriais										
Itens da Parcela A (i)	16.364	9.467	-	(14.910)	710	1.006	12.637	6.115	3.005	3.517
Aquisição de energia	991	4.696	-	(2.088)	70	1.006	4.675	1.049	1.005	2.621
Proinfa	96	47	-	(99)	10	-	54	-	37	17
Transporte rede básica	192	214	-	(189)	66	-	283	65	-	218
Transporte itaipú	52	86	-	(52)	1	-	87	-	-	87
ESS	13.577	3.457	-	(11.023)	439	-	6.450	4.965	1.165	320
CDE	1.456	967	-	(1.459)	124	-	1.088	36	798	254
Componentes financeiros	9.818	15.350	-	(10.665)	309	-	14.812	9.990	4.822	-
Neutralidade da Parcela A (ii)	2.707	11.544	-	(4.914)	270	-	9.607	8.183	1.424	-
Sobrecontratação de energia (iii)	2.835	2.229	-	(2.393)	46	-	2.717	1.034	1.683	-
Ultrapassagem de demanda (iv)	778	500	-	(552)	(1)	-	725	210	515	-
Excedente de reativos (iv)	2.395	1.077	-	(1.703)	(6)	-	1.763	563	1.200	-
Outros itens financeiros (vi)	1.103	-	-	(1.103)	-	-	-	-	-	-
Total dos passivos financeiros setoriais	26.182	24.817	-	(25.575)	1.019	1.006	27.449	16.105	7.827	3.517
Total dos ativos financeiros setoriais, líquidos	25.772	9.685	(8.230)	(18.959)	228	(1.006)	7.490	5.164	3.675	(1.349)

- (i) Itens da parcela A: a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na variação taxa Selic.
- (ii) Neutralidade da Parcela A: refere-se às variações apuradas por meio da diferença entre os valores efetivamente faturados e os valores previstos no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. Os valores considerados na neutralidade da Parcela A são atualizados monetariamente com base na variação da taxa Selic.
- (iii) Sobrecontratação/exposição involuntária de energia: a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado a 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.
- (iv) Devoluções tarifárias: referem-se às receitas auferidas com Ultrapassagem de Demanda (“UD”) e Excedente de Reativos (“ER”), que passaram a ser disciplinadas pelo Submódulo 2.1A – Procedimentos Gerais, do PRORET, versão 1.0, aprovado por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 761, de 21 de fevereiro de 2017. De acordo com esse Submódulo, os valores de UD e ER faturados pela Companhia a partir do último dia do mês de sua publicação, atualizados pelo IPCA, passaram a ser considerados como redutores da Parcela B nos processos tarifários subsequentes. Os valores faturados anteriormente, constituídos entre a data base do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória (“BRR”) do 4º ciclo de revisão tarifária e o último dia do mês de publicação do referido Submódulo, permanecerão registrados em passivos financeiros setoriais, atualizados pela SELIC, e somente serão considerados como redutores da Parcela B quando da próxima revisão tarifária da Companhia, a ocorrer em 2021.
- (v) Saldo a compensar: conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros Selic verificada.
- (vi) Outros itens financeiros: considera-se os demais itens financeiros de características não recorrentes e específicos das distribuidoras.
- (vii) Bandeiras tarifárias: o saldo dos ativos financeiros setoriais se encontra líquido dos efeitos das bandeiras tarifárias, que no período tiveram a seguinte movimentação (Nota Explicativa nº 4.2.2):

Resultados de 2019

Movimentação	2019	2018
1. Faturamento de bandeiras tarifárias	(6.447)	(13.248)
2. Recursos não repassados à CCRBT, mantidos em poder da Companhia	5.341	9.037
3. Recursos repassados à CCRBT, encargos do consumidor (1 - 2)	(1.106)	(4.211)
4. Recursos recebidos da CCRBT	2.889	720
5. Recursos deduzidos do saldo de ativos financeiros setoriais (2 + 4)	8.230	9.757

11. Reembolsos do fundo da CDE

Refere-se ao saldo a receber decorrente da diferença entre o valor dos subsídios incidentes nas tarifas de energia elétrica e na tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição concedido para consumidores: (i) livres (carga fonte incentivada); (ii) de geração (geração fonte incentivada); (iii) de serviço público de água, esgoto e saneamento; (iv) rurais; (v) irrigantes; e (vi) residenciais classificados como de baixa renda, e o valor efetivamente recebido por meio de repasses do fundo da CDE. Os valores reconhecidos são compensados e/ou ajustados no processo tarifário subsequente da Companhia. A ANEEL homologou os valores a serem repassados à Companhia, por meio das seguintes Resoluções Homologatórias:

Resolução homologatória	Competências	Valor mensal
ANEEL nº 2.435/18	Ago/18 a Jul/19	3.083
ANEEL nº 2.591/19	Ago/19 a Jul/20	5.244

Esses subsídios foram retirados da estrutura tarifária a partir de 24 de janeiro de 2013, e, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438/2002, com redação dada pela Medida Provisória nº 605/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891/2013, passaram a ser pagos pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, através da CCEE, gestora do fundo. A composição do saldo dos descontos tarifários é demonstrada como segue:

Composição	2019	2018
		Reapresentado
Subsídio Baixa Renda	337	399
Subsídio Carga Fonte Incentivada	1.231	206
Subsídio Geração Fonte Incentivada	38	-
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento	110	19
Subsídio Rural	4.733	794
Subsídio Irrigante/Aquicultor	14.856	2.492
Total	21.305	3.910

Resultados de 2019

12. Outros ativos

Composição	Ref.	Circulante		Não circulante	
		2019	2018	2019	2018
			Reapresentado		
Crédito com empregados		178	148	-	-
Compartilhamento de infraestrutura	(a)	131	68	-	-
Arrecadação da CIP	(a)	15	64	-	-
Convênios de arrecadação	(a)	135	207	-	-
Depósitos para reinvestimento	(b)	-	-	716	1.365
Outros		82	6	-	-
Total		541	493	716	1.365

- (a) Refere-se à remuneração da Companhia: (i) pelo compartilhamento de sua infraestrutura; e (ii) pela prestação de serviços a terceiros de arrecadação de valores nas contas de energia elétrica para posterior repasse. As receitas são registradas pelo regime de competência em contrapartida à rubrica “Receita operacional líquida”, no resultado do exercício, e revertidas para a modicidade tarifária nos processos de revisão ou reajustes tarifários como redutoras da Parcela B.
- (b) Refere-se ao incentivo fiscal que beneficia a Companhia que possui empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene, com o reinvestimento de 30% do IRPJ devido, calculado com base no lucro da exploração, em projetos de modernização ou complementação de equipamentos. Os depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ (Redução por Reinvestimento) são realizados no Banco do Nordeste do Brasil S/A, acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios (contrapartida), no mesmo prazo fixado para o pagamento do imposto que originou a opção pelo incentivo. A atualização monetária dos valores depositados é reconhecida em contrapartida à rubrica “Outros passivos não circulantes” (Nota Explicativa nº 22), e somente é revertida para o resultado do exercício quando da liberação dos recursos, que é condicionada à aprovação, pela Sudene, dos projetos encaminhados pela Companhia.

13. Ativo imobilizado

13.1 Composição e movimentação do imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassificações	Outros	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018	Obrigações Especiais Brutas em 31/12/2019	Amortização Acumulada em 31/12/2019	Obrigações Especiais Líquidas em 31/12/2019
Distribuição	409.014	-	(5.672)	12.819	3.354	-	419.515	7.147	(222.163)	197.352	199.652	103.479	(40.211)	63.268
Terenos	953	-	-	-	-	-	953	-	-	953	953	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Beneficiárias	5.064	-	-	-	349	-	5.413	-	(2.547)	2.866	2.848	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	398.266	-	(5.446)	12.434	3.005	-	408.259	6.988	(216.335)	191.924	194.181	103.479	(40.211)	63.268
Veículos	4.731	-	(226)	385	-	-	4.890	159	(3.281)	1.609	1.670	-	-	-
Administração	14.708	-	(21)	358	(3.354)	2	11.693	337	(9.234)	2.459	3.156	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Beneficiárias	461	-	-	-	(340)	-	121	-	(121)	-	177	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	5.279	-	-	160	123	2	5.564	160	(4.926)	638	644	-	-	-
Veículos	2.029	-	(21)	-	-	-	2.008	(21)	(1.301)	707	875	-	-	-
Móveis e Utensílios	6.939	-	-	198	(3.137)	-	4.000	198	(2.886)	1.114	1.460	-	-	-
Subtotal	423.722	-	(5.693)	13.177	-	2	431.208	7.484	(231.397)	199.811	202.808	103.479	(40.211)	63.268

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassificações	Outros	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2019	Obrigações Especiais Brutas em 31/12/2019	Amortização Acumulada em 31/12/2019	Obrigações Especiais Líquidas em 31/12/2019
Distribuição	6.307	17.290	-	(12.819)	-	-	10.778	4.471	-	10.778	6.307	610	-	610
Máquinas e Equipamentos	1.118	15.370	-	(12.434)	-	-	4.054	2.936	-	4.054	1.118	-	-	610
Outros	5.189	1.920	-	(385)	-	-	6.724	1.535	-	6.724	5.189	-	-	-
Administração	36	505	-	(358)	-	(2)	181	147	-	181	36	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	36	128	-	(160)	-	-	4	(32)	-	4	36	-	-	-
Outros	-	377	-	(198)	-	(2)	177	179	-	177	-	-	-	-
Subtotal	6.343	17.795	-	(13.177)	-	(2)	10.959	4.618	-	10.959	6.343	610	-	610
Total do Ativo Imobilizado	430.065	17.795	(5.693)	-	-	-	442.167	12.102	(231.397)	210.770	209.151	104.089	(40.211)	63.878

Resultados de 2019

13.2 Composição da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassificações	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	398.266	-	(5.446)	12.434	3.005	408.259	6.988
Transformação de Distribuição	90.070	-	(1.716)	3.420	-	91.774	1.704
Medidor	26.844	-	(2.115)	1.774	-	26.503	(341)
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Média Tensão (< 2,3 kV a 44 kV)	186.645	-	(944)	6.390	2.598	194.689	5.446
Redes Alta Tensão (69 kV)	14.096	-	-	-	-	14.096	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	11.166	-	-	-	-	11.166	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	2.660	-	-	-	-	2.660	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	29.030	-	(17)	48	-	29.061	31
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	34.001	-	(485)	157	-	33.673	(328)
Subestações Alta Tensão (primário >= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	3.754	-	(169)	645	407	4.637	476
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(99.415)	-	-	(4.064)	-	(103.479)	(4.064)
Participação da União, Estados e Municípios	(39.988)	-	-	(125)	-	(40.113)	(125)
Participação Financeira do Consumidor	(54.914)	-	-	(3.939)	-	(58.853)	(3.939)
Ultrapassagem de Demanda	(1.428)	-	-	-	-	(1.428)	-
Excedente de Reativos	(2.935)	-	-	-	-	(2.935)	-
Outros	(150)	-	-	-	-	(150)	-
Obrigações Especiais do AIC Bruto	(204)	(4.470)	-	4.064	-	(610)	(406)
Participação da União, Estados e Municípios	-	(404)	-	125	-	(279)	(279)
Participação Financeira do Consumidor	(204)	(3.939)	-	3.939	-	(204)	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	(127)	-	-	-	(127)	(127)

13.3 Adições e baixas ao ativo imobilizado em serviço

As dez principais adições, pelo critério de valor, ao imobilizado em serviço foram:

	Descrição do bem	Quantidade	Unidade de Medida	em R\$ mil
1	Poste de Concreto Circular 11/600	39	Un	79
2	Veículo Pick-UP Ranger Diesel 4x4	1	Un	108
3	Veículo Pick-UP Hilux Chassi Diesel 4x4	1	Un	113
4	Poste de Concreto DT 11/600	52	Un	74
5	Cabo Al CA Quadruplex 1kV 3x1x70+70mm ²	3738	MT	63
6	Caminhão Mercedes Benz ATEGO 1719/48	1	Un	183
7	Cesta Aérea Isolada 46KV com 02 Cestos	1	Un	110
8	Desktop Vostro Mod. 3470	1	Un	213
9	Transformador Trifasico 75kVA-15kV	4	Un	59
10	Disjuntor Tripolar Gás SF6 145KV 3150A	1	Un	123

Resultados de 2019

As dez principais baixas, pelo critério de valor, ao imobilizado em serviço foram:

	Descrição do bem	Quantidade	Unidade de Medida	em R\$ mil
1	Camioneta Fiat Strada 1.4	1	Un	33
2	Regulador Tensão Monof 25kV 200A 288kVA	1	Un	34
3	Regulador Tensão Monof 25kV 200A 288kVA	1	Un	33
4	Medidor Elet. de Energia - 30/200A	14	Un	23
5	Transformador trif. à Seco 225Kva 15Kv	1	Un	21
6	Veículo Pick-Up Mod.Hilux Cabine Simples	1	Un	82
7	Medidor Eletrônico 2 El. 3F 120V-15/120A	144	Un	34
8	Veículo Caminhão Iveco Tector 170E22	1	Un	127
9	Conjunto medição classe 25KV-15/30-A.	1	Cj	19
10	Disjuntor Trip. a Gás SF6 145 KV-24Vcc	1	Un	72

13.4 Taxas de depreciação

As taxas anuais médias de depreciação do ativo imobilizado são as seguintes:

Ativo Imobilizado - R\$	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2019			2018
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	3,86%	419.515	(222.163)	197.352	199.652
Custo Histórico		244.860	(99.470)	145.390	141.756
Reavaliação		174.655	(122.693)	51.962	57.896
Administração	10,72%	11.693	(9.234)	2.459	3.156
Custo Histórico		7.095	(4.748)	2.347	2.845
Reavaliação		4.598	(4.486)	112	311
		431.208	(231.397)	199.811	202.808
Em Curso					
Distribuição		10.778	-	10.778	6.307
Administração		181	-	181	36
		10.959	-	10.959	6.343
		442.167	(231.397)	210.770	209.151

Resultados de 2019

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, estão demonstradas a seguir:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Distribuição	
Banco de capacitores	6,67%
Chave de distribuição - seccionadora tensão igual ou superior a 69 kV	3,33%
Chave de distribuição - seccionadora tensão inferior a 69 kV	6,67%
Condutor - classe de tensão igual ou superior a 69 kV	2,70%
Condutor - classe de tensão inferior a 69 kV	3,57%
Estrutura do sistema - Poste	3,57%
Estrutura do sistema - Torre	2,70%
Regulador de tensão - igual ou superior a 69 kV	3,45%
Regulador de tensão - inferior a 69 kV	4,35%
Transformador de distribuição - Aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Transformador de medida - corrente igual ou superior a 69 kV	3,33%
Transformador de medida - corrente inferior a 69 kV	4,35%
Administração central	
Edificações	3,33%
Veículos	14,29%
Equipamentos gerais	6,25%
Móveis e utensílios	6,25%

14. Ativo intangível

A composição e movimentação do intangível são apresentadas como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Reclassificações	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Distribuição	584	-	-	-	-	9	593	-	(9)	584	584
Servidões	584	-	-	-	-	9	593	-	(9)	584	584
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	3.706	-	-	53	-	(9)	3.750	53	(3.652)	98	107
Softwares	3.689	-	-	53	-	-	3.742	53	(3.644)	98	107
Outros	17	-	-	-	-	(9)	8	-	(8)	-	-
Subtotal	4.290	-	-	53	-	-	4.343	53	(3.661)	682	691

Ativo Intangível em Curso	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Reclassificações	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	53	-	(53)	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	53	-	(53)	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	53	-	(53)	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	4.290	53	-	-	-	-	4.343	53	(3.661)	682	691

Resultados de 2019

As taxas anuais médias de amortização do ativo intangível são as seguintes:

Ativo Intangível - R\$	Taxas anuais médias de amortização (%)	2019			2018
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição		593	(9)	584	584
Custo Histórico		347	(3)	344	345
Reavaliação		246	(6)	240	239
Administração	18,27%	3.750	(3.652)	98	107
Custo Histórico		2.062	(1.965)	97	99
Reavaliação		1.688	(1.687)	1	8
		4.343	(3.661)	682	691

15. Fornecedores

Composição	2019	2018
Suprimento de energia elétrica	13.753	15.438
Encargos de uso da Rede Básica	2.826	2.913
Materiais e serviços	750	1.021
Total	17.329	19.372

16. Empréstimos e financiamentos

16.1 Composição

Operação	2019	2018
Moeda nacional	5.899	13.991
Moeda estrangeira	10.238	5.110
Mútuo – Parte relacionada	-	3.955
Total	16.137	23.056
Circulante	12.690	17.157
Não circulante	3.447	5.899

16.2 Principais condições contratuais

Operação	Vencimento	Características da operação		Custo da dívida		Circulante	Não circulante	Total
		Periodicidade de amortização	Garantias reais	Indexador	Taxa de juros a.a.			
Moeda nacional						2.452	3.447	5.899
Eletrobrás - LPT - ECFS 226/2008	30/10/2020	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%	566	-	566
Eletrobrás - LPT - ECFS 256/2008	30/06/2021	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%	550	275	825
Eletrobrás - LPT - ECFS 296/2010	30/07/2022	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%	101	160	261
Banco do Brasil S/A - 40/00513-5	15/01/2021	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	5,50%	234	20	254
Banco do Brasil S/A - 40/00805-3	15/11/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	2,50%	212	405	617
Banco do Brasil S/A - 40/00855-X	15/12/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	2,50%	13	26	39
Banco do Brasil S/A - 40/00857-6	15/12/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	2,50%	24	48	72
Banco do Brasil S/A - 40/00873-8	15/01/2023	Mensal	Bens	Pré-fixado	2,50%	70	147	217
Banco do Brasil S/A - 40/00877-0	15/01/2023	Mensal	Bens	Pré-fixado	2,50%	6	12	18
Banco do Brasil S/A - 40/00979-3	12/11/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	15	44	59
Banco do Brasil S/A - 40/00980-7	15/10/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	191	540	731
Banco do Brasil S/A - 40/00991-2	15/09/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	37	102	139
Banco do Brasil S/A - 40/01099-6	15/06/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	28	97	125
Banco do Brasil S/A - 40/01100-3	15/06/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	10	35	45
Banco do Brasil S/A - 40/01107-0	15/07/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	26	94	120
Banco do Brasil S/A - 40/01108-9	15/07/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	19	69	88
Banco do Brasil S/A - 40/01162-3	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	29	114	143
Banco do Brasil S/A - 40/01163-1	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	17	65	82
Banco do Brasil S/A - 40/01164-X	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	4	17	21
Banco do Brasil S/A - 40/01165-8	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	6	23	29
Banco do Brasil S/A - 40/01168-2	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	23	90	113
Banco do Brasil S/A - 40/01169-0	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	266	1.042	1.308
Banco do Brasil S/A - 40/01196-8	15/01/2025	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	5	22	27
Moeda estrangeira						10.238	-	10.238
Itaú Unibanco S/A - CCBI 1070182 (a)	01/04/2020	Semestral	Aval/Fiança	Pré-fixado	0,71%	10.238	-	10.238
Total						12.690	3.447	16.137

(a) O contrato em moeda estrangeira possui proteção de *swap* cambial e instrumento financeiro derivativo (Nota Explicativa nº 31e).

16.3 Mutações dos empréstimos e financiamentos

Movimentação	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	3.243	8.916	12.159
Ingressos	13.880	-	13.880
Encargos	831	-	831
Amortizações (principal e encargos)	(3.814)	-	(3.814)
Transferências	3.017	(3.017)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	17.157	5.899	23.056
Ingressos	10.000	-	10.000
Encargos	1.740	-	1.740
Amortizações (principal e encargos)	(18.659)	-	(18.659)
Transferências	2.452	(2.452)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.690	3.447	16.137

Resultados de 2019

16.4 Captações realizadas no exercício findo em 31 de dezembro 2019

Modalidade	Vencimento	Indexadores	Taxa de juros a.a.	Valor captado
Moeda estrangeira				
Euro				
Capital de giro	01/04/2020	Pré-fixado	0,71%	10.000
Taxa média e total			0,71%	10.000

16.5 Vencimentos das parcelas do não circulante

Composição	2021	2022	2023	2024 e após	Total
Parcelas do não circulante	1.397	1.043	640	367	3.447

17. Obrigações sociais e trabalhistas

Composição	Ref.	Circulante	
		2019	2018
Salários a pagar		618	506
Previdência privada		134	195
Provisão para férias (incluindo encargos sociais)		2.124	1.900
Tributos retidos na fonte		287	249
Consignações em favor de terceiros		70	44
Participações estatutárias (incluindo encargos sociais)	17.1	4.466	3.404
Outros		77	-
Total		7.776	6.298

17.1 Participações estatutárias

As participações estatutárias foram calculadas de acordo com as disposições do estatuto social da Companhia, a saber:

Composição	2019	2018
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias	39.727	29.824
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(4.727)	(3.132)
Constituição de reserva de lucros a realizar	(113)	(97)
Lucro líquido do exercício ajustado	34.887	26.595
Participações estatutárias (10%)	3.489	2.659
INSS sobre participações estatutárias (20%)	698	532
FGTS sobre participações estatutárias (8%)	279	213
Participações estatutárias (incluindo encargos sociais)	4.466	3.404

Resultados de 2019

18. Tributos

Composição	Circulante		Não circulante	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ (a)	372	318	4.723	5.762
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL (a)	82	230	1.700	2.074
Programa de integração social - PIS	187	256	-	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	868	1.190	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	5.581	6.550	-	-
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	15	13	-	-
Instituto nacional de seguridade social - INSS	458	422	-	-
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	163	148	-	-
Impostos e contribuições retidos na fonte	268	216	-	-
Programa especial de regularização tributária – PERT (b)	713	713	6.329	7.042
Total	8.707	10.056	12.752	14.878

- (a) O saldo não circulante de IRPJ e CSLL é referente aos impostos diferidos apurados sobre a reserva de reavaliação regulatória compulsória prevista na Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010 (Nota Explicativa nº 18.1).
- (b) O saldo circulante e não circulante refere-se ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017 e regulamentado pela Instrução Normativa nº 1.711/2017. Foram incluídos no programa os débitos oriundos da reapuração dos impostos federais decorrentes da mudança de critério para a tributação dos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como os débitos relativos aos encargos sobre a participação dos administradores. A consolidação da dívida ocorreu no mês de agosto de 2018 para os débitos previdenciários e dezembro de 2018 para os demais débitos (tributos federais). Os créditos decorrentes da reapuração desses tributos foram utilizados na consolidação para o abatimento do saldo total da dívida. As parcelas remanescentes são atualizadas mensalmente pela taxa Selic, acrescidas de 1%.

18.1 Impostos diferidos

As diferenças temporárias são apresentadas como segue:

Passivo	2019	2018
Diferenças temporárias		
Imposto de renda	4.723	5.762
Contribuição social	1.700	2.074
Total líquido - passivo não circulante	6.423	7.836

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

Passivo	2019		2018	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Reserva de reavaliação regulatória	18.892	6.423	23.046	7.836
Total	18.892	6.423	23.046	7.836

18.2 Despesa de imposto de renda e contribuição social

Composição - Legislação societária	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2019	2018	2019	2018
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	49.985	36.916	49.985	36.916
Juros sobre o capital próprio	(7.833)	(7.314)	(7.833)	(7.314)
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	42.152	29.602	42.152	29.602
Alíquota do IRPJ e CSLL	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	6.323	4.440	3.794	2.664
Base de cálculo do adicional do IRPJ	41.912	29.362		
Alíquota do adicional do IRPJ	10%	10%		
Adicional do IRPJ à alíquota da legislação	4.191	2.936		
Alíquota do IRPJ e adicional do IRPJ e CSLL	25%	25%	9%	9%
Total do IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	10.514	7.376	3.794	2.664
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(+) Adições				
Doações e contribuições	11	8	4	3
Multas indedutíveis	92	120	-	-
Provisões	619	260	223	94
Outras adições	75	16	27	5
	797	404	254	102
(-) Exclusões				
Incentivo fiscal SUDENE	(4.727)	(3.132)	-	-
Incentivo fiscal PAT	(22)	(22)	-	-
Doações dedutíveis	(10)	(10)	-	-
Outras exclusões	(76)	(65)	(266)	(225)
	(4.835)	(3.229)	(266)	(225)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício - Legislação societária	6.476	4.551	3.782	2.541
Efeito dos tributos diferidos sobre as diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias	(979)	(1.039)	(352)	(373)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício - Legislação regulatória	5.497	3.512	3.430	2.168

19. Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio

Com base no resultado do exercício (legislação societária) e no Estatuto Social da Companhia, a Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

Resultados de 2019

Composição	2019	2018
Lucro líquido do exercício	35.261	26.420
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(4.727)	(3.132)
Constituição de reserva de lucros a realizar	(113)	(97)
Constituição de reserva legal	(1.521)	(1.160)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	(7.833)	(7.314)
Base de cálculo dos dividendos	21.067	14.717
Ações ordinárias (25% sobre a base de cálculo dos dividendos)	5.267	3.679
Ações preferenciais (8% sobre o valor nominal)	3.006	2.685
Total dos dividendos propostos	8.273	6.364
Reversão dos juros sobre o capital próprio	7.833	7.314
Total dos dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	16.106	13.678

Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos deverão ser pagos no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

O valor por ação dos dividendos propostos e juros sobre o capital próprio é demonstrado a seguir:

Provento	Valor proposto	R\$ / Ação	
		ON	PN
2019			
Dividendos propostos	8.273	1,60	1,81
Juros sobre o capital próprio	7.833	1,58	1,58
2018			
Dividendos propostos	6.364	1,17	1,69
Juros sobre o capital próprio	7.314	1,54	1,54

A movimentação e respectivos saldos das contas de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio no exercício 2019 é apresentada a seguir:

Movimentação	Dividendos propostos	JCP	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.364	6.217	12.581
(+) Crédito de JCP	-	7.833	20.414
(-) IR Fonte s/ crédito de JCP (15%)	-	(1.174)	19.240
(-) Pagamento de JCP	-	(6.217)	13.023
(+) Crédito de dividendos complementares	1.636	-	14.659
(-) Pagamento de dividendos	(8.000)	-	6.659
(+) Crédito de dividendos propostos	8.273	-	14.932
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.273	6.659	14.932

20. Encargos setoriais

Composição	2019	2018
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (a)	1.218	1.140
Programa de Eficiência Energética - PEE (a)	1.811	3.073
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (b)	-	1.109
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE (c)	30	28
Outros - CCRBT (d)	2.091	985
Total	5.150	6.335

- (a) A Companhia, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% sobre a receita da Companhia é destinado aos Programas de Eficiência Energética (“PEE”), Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (“FNDCT”) e ao Ministério de Minas e Energia (“MME”). A partir de 03 de maio de 2016, por meio da lei nº 13.280, foi definido que 80% do percentual destinado ao PEE será aplicado pelas próprias concessionárias conforme regulamentos estabelecidos pela ANEEL, e os demais 20% serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (“PROCEL”). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848, 11.465 e 13.280, de 15 de março de 2004, 28 de março de 2007 e 3 de maio de 2016, respectivamente. A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, nº 219, de 11 de abril de 2006, nº 300, de 12 de fevereiro de 2008, e nº 316, de 13 de maio de 2008, e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL, de 28 de dezembro de 2009. Por meio da Resolução Normativa nº 316, alterada pela Resolução Normativa nº 504, de 14 de agosto de 2012, e a Resolução Normativa nº 556, de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do P&D e PEE, respectivamente. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida Obrigações Especiais.
- (b) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE: tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelo sistema interligado, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. As quotas mensais referentes a CDE USO do exercício de 2019 foram recolhidas diretamente à CCEE até o dia 10 do mês de competência da quota, conforme Resolução Homologatória nº 2.510 de 18 de dezembro de 2018. Por sua vez, o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2018, se refere a quota mensal da CDE - Conta ACR, recolhida até o décimo segundo dia do mês subsequente a competência da quota, conforme estabelecido pela Resolução Homologatória nº 2.231 de 25 de abril de 2017. Em 2019, com a alteração da Resolução Homologatória nº 2.231 pela Resolução Homologatória nº 2.521 de 20 de março de 2019, a partir da competência agosto de 2019, a cota do encargo CDE - Conta ACR foi extinta não restando saldos a serem pagos em 31 de dezembro de 2019 pela Companhia.
- (c) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE: foi criada pela Lei nº 9.427/1996, alterada pela Lei nº 12.783/2013, e regulamentada pelo Decreto nº 2.410/1997, com o objetivo de custear o funcionamento da ANEEL no exercício das suas atividades de fiscalização e regulação econômica. Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.
- (d) Valor estimado de repasse referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Resultados de 2019

21. Consumidores

Refere-se a obrigação de repassar aos consumidores os valores recolhidos anteriormente com base no trânsito em julgado com decisão favorável em processo judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (Nota Explicativa nº 4.1). A movimentação dos valores ao longo do exercício de 2019 está demonstrada a seguir:

Movimentação	R\$ mil
Reconhecimento inicial	52.630
Valores disponibilizados no período (a)	(6.320)
Valores não realizados no período (b)	1.599
Despesas processuais / Honorários advocatícios (c)	(490)
Atualizações no período (d)	1.450
Total	48.869
Circulante	16.287
Não circulante	32.582

- (a) O montante de R\$ 6.320 representa o valor total líquido disponibilizado aos consumidores no período.
- (b) O montante de R\$ 1.599 representa a parcela do valor total líquido disponibilizado aos consumidores não realizada no período, e correspondente a créditos lançados em contas de energia elétrica vencidas ou a vencer (R\$ 1.064), e a créditos disponibilizados a clientes atualmente inativos ou inadimplentes com a Companhia (R\$ 535).
- (c) O montante de R\$ 490 refere-se ao reembolso das despesas processuais e honorários advocatícios com consultores jurídicos, à razão de 7% sobre os valores recuperados. Os honorários são pagos mensalmente, à medida em que os créditos são compensados junto à Receita Federal do Brasil.
- (d) Refere-se à atualização monetária dos valores a repassar no período, calculada mensalmente com base na taxa Selic.

22. Outros passivos circulantes e não circulantes

Composição	Ref.	Circulante		Não circulante	
		2019	2018	2019	2018
Valores a repassar	(a)	1.297	1.278	-	-
Prêmios de seguros		75	154	-	-
Receitas financeiras sobre depósitos para reinvestimento	(b)	-	-	38	268
Outros passivos		146	204	251	287
Total		1.518	1.636	289	555

- (a) Refere-se aos valores a repassar a terceiros decorrentes da arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública - CIP e de outros valores;
- (b) Refere-se à atualização monetária dos depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ realizados junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A (Nota Explicativa nº 12b).

Resultados de 2019

23. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, Estado, Municípios e consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais são assim apresentadas:

Obrigações Especiais - R\$	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
Em serviço	3,78 %	50.980	52.499	103.479
Participação da União, Estados e Municípios		14.819	25.294	40.113
Participação Financeira do Consumidor		31.798	27.055	58.853
Ultrapassagem de demanda		1.428	-	1.428
Excedente de reativos		2.935	-	2.935
Outros		-	150	150
(-) Amortização Acumulada - AIS		(21.135)	(19.076)	(40.211)
Participação da União, Estados e Municípios		(6.014)	(8.412)	(14.426)
Participação Financeira do Consumidor		(14.497)	(10.643)	(25.140)
Ultrapassagem de demanda		(204)	-	(204)
Excedente de reativos		(420)	-	(420)
Outros		-	(21)	(21)
Em curso		610	-	610
Participação Financeira do Consumidor		610	-	610
Total		30.455	33.423	63.878

A movimentação das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica ocorrida no exercício é apresentada a seguir:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Em serviço	99.415	-	-	4.064	103.479	4.064	(40.211)	63.268	63.048
Participação da União, Estados e Municípios	39.988	-	-	125	40.113	125	(14.426)	25.687	27.076
Participação Financeira do Consumidor	54.914	-	-	3.939	58.853	3.939	(25.140)	33.713	31.933
Ultrapassagem de demanda	1.428	-	-	-	1.428	-	(204)	1.224	1.278
Excedente de reativos	2.935	-	-	-	2.935	-	(420)	2.515	2.626
Outros	150	-	-	-	150	-	(21)	129	135
(-) Amortização Acumulada - AIS	(36.367)	(3.844)	-	-	(40.211)	(3.844)	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	(12.912)	(1.514)	-	-	(14.426)	(1.514)	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(22.981)	(2.159)	-	-	(25.140)	(2.159)	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	(150)	(54)	-	-	(204)	(54)	-	-	-
Excedente de reativos	(309)	(111)	-	-	(420)	(111)	-	-	-
Outros	(15)	(6)	-	-	(21)	(6)	-	-	-
Em curso	204	4.470	-	(4.064)	610	406	-	610	204
Participação da União, Estados e Municípios	-	404	-	(125)	279	279	-	279	-
Participação Financeira do Consumidor	204	3.939	-	(3.939)	204	-	-	204	204
Valores Pendentes de Recebimento	-	127	-	-	127	127	-	127	-
Total	63.252	626	-	-	63.878	626	(40.211)	63.878	63.252

Resultados de 2019

24. Patrimônio líquido

24.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia era de R\$ 112.499 (R\$ 100.000 em 2018), composto por 4.961.620 ações, sem valor nominal, sendo 3.296.207 ações ordinárias (66,43%) e 1.665.413 ações preferenciais (33,57%), assim representados:

Espécie / Classe	2019		2018	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	3.296.207	74.738	3.145.407	66.434
Preferenciais	1.665.413	37.761	1.589.222	33.566
Total	4.961.620	112.499	4.734.629	100.000
Valor patrimonial por ação (R\$)		31,80		28,86

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas conferem a seus titulares os seguintes direitos: (i) dividendo mínimo de 8% (oito por cento) sobre o valor nominal e nunca inferior ao que for distribuído às ações ordinárias; (ii) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade; e (iii) comparecimento às Assembleias Gerais e participação nas discussões.

24.2 Reservas de lucro

As reservas de lucro da Companhia possuem a seguinte composição:

Reservas de lucro	Ref.	2019	2018
Reserva legal	(a)	5.033	3.512
Reserva de incentivos fiscais	(b)	4.906	5.704
Reserva de retenção de lucros	(c)	22.891	12.220
Total		32.830	21.436

- (a) Reserva legal: constituída com 5% do lucro líquido do exercício deduzido das reservas de incentivo fiscal e lucros a realizar constituídas no período. A reserva legal está limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia constituiu o valor de R\$ 1.521 (R\$ 1.160 em 2018);
- (b) Reserva de incentivos fiscais: corresponde ao direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativos aos municípios da região norte do Estado do Espírito Santo, integrantes da área de atuação da SUDENE. Inclui, ainda, o incentivo fiscal de redução de 30% do imposto de renda devido para reinvestimento, calculado sobre o lucro da exploração. O saldo desta reserva somente poderá ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos. No exercício de 2019, R\$ 5.525 do saldo constituído foram destinados a aumento de capital. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia constituiu o valor de R\$ 4.727 (R\$ 3.132 em 2018).
- (c) Reserva de retenção de lucros: constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias. Em 2019, do lucro líquido do exercício, R\$ 13.064 foram destinados para a reserva de retenção de lucros (R\$ 8.623 em 2018).

Resultados de 2019

24.3 Outros resultados abrangentes

Refere-se à reserva de reavaliação regulatória compulsória prevista na Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010, cujos saldos estão assim representados:

Movimentação	2019	2018
Saldo inicial	15.209	18.127
Realização da reserva no período	(4.154)	(4.419)
Efeito dos tributos diferidos sobre a realização da reserva no período	1.414	1.501
Saldo final	12.469	15.209

25. Receita operacional líquida

Receita operacional	Número de consumidores		MWh		R\$ mil	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Fornecimento de energia elétrica						
Fornecimento faturado						
Residencial	70.353	68.956	144.840	133.459	66.475	60.825
Industrial	1.281	1.286	54.273	57.777	25.233	26.786
Comercial, serviços e outros	9.198	8.710	87.902	81.979	40.878	38.128
Rural	32.264	31.655	193.236	147.396	40.435	31.853
Poder público	971	969	16.584	14.920	6.845	6.124
Iluminação pública	21	18	19.761	21.803	5.267	6.006
Serviço público	169	158	12.504	12.001	5.355	5.022
Consumo próprio	31	31	725	710	-	-
Total do fornecimento faturado	114.288	111.783	529.825	470.045	190.488	174.744
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(308)	329
Total do fornecimento de energia elétrica	114.288	111.783	529.825	470.045	190.180	175.073
Disponibilidade do sistema de distribuição - TUSD						
TUSD faturada - Consumidores cativos						
Residencial	-	-	-	-	55.584	49.184
Industrial	-	-	-	-	17.137	17.175
Comercial, serviços e outros	-	-	-	-	32.400	28.948
Rural	-	-	-	-	36.457	27.928
Poder público	-	-	-	-	6.103	5.335
Iluminação pública	-	-	-	-	4.363	4.651
Serviço público	-	-	-	-	3.843	3.429
TUSD faturada - Consumidores livres	16	11	46.351	36.881	9.763	7.449
TUSD faturada - Agentes de geração	2	-	-	-	49	-
Total da TUSD faturada	18	11	46.351	36.881	165.699	144.099
TUSD não faturada	-	-	-	-	267	434
Total da disponibilidade do sistema de distribuição - TUSD	18	11	46.351	36.881	165.966	144.533
Outras receitas operacionais						
Energia de curto prazo - CCEE (a)	-	-	-	-	13.190	7.807
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-	-	-	(17.504)	19.522
Serviços cobráveis	-	-	-	-	433	507
Subvenções vinculadas ao serviço concedido (b)	-	-	-	-	67.615	48.935
Total das outras receitas operacionais	-	-	-	-	63.734	76.771
Receita operacional bruta	114.306	111.794	576.176	506.926	419.880	396.377
(-) Deduções à receita operacional						
Tributos sobre a receita						
PIS	-	-	-	-	(6.344)	(6.732)
COFINS	-	-	-	-	(29.220)	(31.008)
ICMS	-	-	-	-	(76.300)	(69.524)
Total dos tributos sobre a receita	-	-	-	-	(111.864)	(107.264)
Encargos do consumidor						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	(1.361)	(1.254)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	(1.361)	(1.254)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	(31.649)	(31.324)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	-	-	(332)	(318)
Outros encargos do consumidor (c)	-	-	-	-	(1.106)	(4.211)
Total dos encargos do consumidor	-	-	-	-	(35.809)	(38.361)
Total das deduções à receita operacional	-	-	-	-	(147.673)	(145.625)
Receita operacional líquida	114.306	111.794	576.176	506.926	272.207	250.752

Resultados de 2019

- (a) Refere-se aos montantes de receitas auferidas pelas concessionárias que tiveram excedente de energia comercializados no âmbito da CCEE. Os resultados destas operações foram informados pela CCEE e referendados pela Companhia.
- (b) Refere-se aos descontos (subsídios) nas tarifas de energia elétrica e na tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição concedidos para consumidores: (i) livres (carga fonte incentivada); (ii) de geração (geração fonte incentivada); (iii) de serviço público de água, esgoto e saneamento; (iv) rurais; (v) irrigantes; e (vi) residenciais classificados como de baixa renda.
- (c) Refere-se aos valores que foram repassados pela Companhia à CCRBT com base no mecanismo de bandeiras tarifárias (Notas Explicativas nº 4.2.2 e 10vii).

26. Custos não gerenciáveis – Parcela “A”

Composição	2019		2018	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Energia elétrica comprada para revenda	660.749	145.582	564.185	136.806
Suprimento de Energia Elétrica	660.749	161.667	564.185	150.332
Energia Bilateral	365.614	85.826	397.304	95.392
Energia de Leilão	128.171	25.665	23.878	4.355
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - Proinfa	11.436	4.497	11.727	4.002
Energia de curto prazo - CCEE	-	14.626	-	21.967
Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD	17.974	5.025	41.078	8.599
Cotas de Angra I/Angra II - Decreto nº 4.550/2002 / REN nº 530/2012	13.311	3.371	8.668	2.150
Cotas de Garantia Física - Lei nº 12.783/2013	58.139	5.961	36.741	3.323
Energia de Itaipu - Decreto nº 4.550/2002 / REN nº 770/2017	66.104	16.696	44.789	10.544
(-) Créditos de Tributos Recuperáveis	-	(16.085)	-	(13.526)
PIS	-	(2.869)	-	(2.413)
Cofins	-	(13.216)	-	(11.113)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	-	28.517	-	32.160
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	-	31.303	-	35.203
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	26.806	-	30.883
Transporte Itaipu	-	1.686	-	1.072
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	-	1.510	-	1.859
Encargo de Energia de Reserva - EER	-	1.301	-	1.389
(-) Créditos de Tributos Recuperáveis	-	(2.786)	-	(3.043)
PIS	-	(497)	-	(543)
Cofins	-	(2.289)	-	(2.500)
Total	660.749	174.099	564.185	168.966

27. Custos gerenciáveis – Parcela “B”

Composição	2019	2018
Pessoal e administradores (a)	26.342	26.162
Material	3.080	3.007
Serviços de terceiros	10.277	8.270
Depreciação e Amortização (b)	10.460	10.378
Outras despesas (receitas) operacionais líquidas	6.815	6.741
Total	56.974	54.558

Resultados de 2019

(a) As despesas com pessoal e administradores possuem o seguinte detalhamento:

Composição	2019	2018
Pessoal	22.539	22.447
Remuneração	13.571	14.197
INSS	4.179	3.881
FGTS	1.178	1.458
Previdência privada	576	513
Despesas rescisórias	191	-
Outros benefícios	2.844	2.398
Administradores (Diretoria e Conselho)	3.803	3.715
Honorários	2.851	2.784
INSS	570	557
FGTS	176	168
Previdência privada	206	206
Total	26.342	26.162

(b) As despesas com depreciação e amortização possuem o seguinte detalhamento:

Composição	2019	2018
Depreciação e Amortização		
Depreciação e Amortização - imobilizado e intangível	14.886	14.618
Depreciação e Amortização - obrigações especiais	(3.844)	(3.692)
(-) Créditos de PIS e COFINS	(582)	(548)
Total	10.460	10.378

28. Resultado financeiro

Resultado financeiro	Receita	Despesa	2019	2018
				Reapresentado
Resultado financeiro de operações com ativos e passivos financeiros setoriais				
Atualização monetária com ativos e passivos financeiros setoriais	1.249	(1.021)	228	1.563
	1.249	(1.021)	228	1.563
Resultado financeiro de operações com capitais de terceiros				
Derivativos - Swap	1.505	(2.036)	(531)	(109)
Encargos de dívidas - moeda nacional	-	(762)	(762)	(625)
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	-	(62)	(62)	(260)
Variação cambial	1.222	(1.479)	(257)	259
Encargos sobre operação de mútuo	-	(128)	(128)	(96)
	2.727	(4.467)	(1.740)	(831)
Resultado financeiro de operações com compra de energia elétrica				
Variação cambial	195	(364)	(169)	(232)
Encargos de liquidação do MCP - CCEE	-	(290)	(290)	(62)
	195	(654)	(459)	(294)
Resultado financeiro de outras operações				
Receita com aplicações financeiras	1.236	-	1.236	725
Multas e acréscimos moratórios s/ energia vendida	5.329	-	5.329	5.220
Multas e acréscimos moratórios s/ outras operações	-	(96)	(96)	(197)
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	-	(124)	(124)	(251)
Atualização monetária dos descontos tarifários - CDE	713	(17)	696	-
Outras operações	308	(13)	295	2
Juros sobre o capital próprio	-	(7.833)	(7.833)	(7.314)
	7.586	(8.083)	(497)	(1.815)
Impostos incidentes sobre a receita financeira				
PIS	(60)	-	(60)	(57)
COFINS	(368)	-	(368)	(349)
	(428)	-	(428)	(406)
Resultado financeiro	11.329	(14.225)	(2.896)	(1.783)

29. Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

A Companhia figura como parte passiva em ações judiciais e processos administrativos que surgem no curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

- Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

Composição	Passivo		Saldo em 31/12/2019
	Constituição	Atualização	
Cíveis	739	750	1.489

As ações cíveis referem-se a questões de natureza indenizatória, envolvendo acidentes, danos materiais e danos morais, entre outros, para as quais não há cobertura securitária. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada pelo Poder Judiciário.

- Risco de perda possível

As ações que envolvem risco de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, possuem a seguinte composição:

Resultados de 2019

Composição	Passivo	
	2019	2018
Cíveis	1.775	2.426
Trabalhistas	-	592
Total	1.775	3.018

Para essas ações, a Companhia possui cobertura securitária no valor de R\$ 1.452 em 31 de dezembro de 2019.

29.1 Depósitos judiciais e cauções

Os depósitos judiciais registrados em 31 de dezembro de 2019 se referem a causas trabalhistas e somam R\$ 109 (R\$ 99 em 31 de dezembro de 2018).

30. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, a saber:

Resultados de 2019

Balanço Patrimonial

		2019			2018		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
		Reclassificado					
Ativo							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		32.230	-	32.230	11.953	-	11.953
Consumidores		31.916	-	31.916	38.249	-	38.249
Concessionárias e permissionárias		1.866	-	1.866	371	-	371
Tributos compensáveis		17.294	-	17.294	515	-	515
Almoxarifado operacional		1.433	-	1.433	1.251	-	1.251
Ativos financeiros setoriais, líquidos		7.490	-	7.490	25.772	-	25.772
Despesas pagas antecipadamente		215	-	215	302	-	302
Reembolsos do fundo da CDE		21.305	-	21.305	3.910	-	3.910
Outros ativos circulantes		541	-	541	493	-	493
Total do ativo circulante		114.290	-	114.290	82.816	-	82.816
Ativo não circulante							
Tributos compensáveis		30.057	-	30.057	542	-	542
Depósitos judiciais e cauções		109	-	109	99	-	99
Outros ativos não circulantes		716	-	716	1.365	-	1.365
Ativo financeiro indenizável	30.1	-	5.408	5.408	-	4.828	4.828
Ativo contratual	30.2	-	10.349	10.349	-	6.137	6.137
Intangível	30.3	-	124.907	124.907	-	124.765	124.765
Imobilizado	30.4	210.770	(210.770)	-	209.151	(209.151)	-
Intangível	30.5	682	(682)	-	691	(691)	-
Total do ativo não circulante		242.334	(70.788)	171.546	211.848	(74.112)	137.736
Total do ativo		356.624	(70.788)	285.836	294.664	(74.112)	220.552
		2019			2018		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
		Reclassificado					
Passivo							
Passivo circulante							
Fornecedores		17.329	-	17.329	19.372	-	19.372
Empréstimos e financiamentos		12.690	-	12.690	17.157	-	17.157
Obrigações sociais e trabalhistas		7.776	-	7.776	6.298	-	6.298
Tributos		8.707	-	8.707	10.056	-	10.056
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio		14.932	-	14.932	12.581	-	12.581
Encargos setoriais		5.150	-	5.150	6.335	-	6.335
Consumidores		16.287	-	16.287	-	-	-
Outros passivos circulantes		1.518	-	1.518	1.636	-	1.636
Total do passivo circulante		84.389	-	84.389	73.435	-	73.435
Passivo não circulante							
Empréstimos e financiamentos		3.447	-	3.447	5.899	-	5.899
Tributos	30.6	12.752	(2.264)	10.488	14.878	(3.595)	11.283
Provisões		1.489	-	1.489	-	-	-
Consumidores		32.582	-	32.582	-	-	-
Outros passivos não circulantes	30.7	289	(251)	38	555	(287)	268
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	30.8	63.878	(63.878)	-	63.252	(63.252)	-
Total do passivo não circulante		114.437	(66.393)	48.044	84.584	(67.134)	17.450
Total do passivo		198.826	(66.393)	132.433	158.019	(67.134)	90.885
Patrimônio líquido							
Capital social		112.499	-	112.499	100.000	-	100.000
Reservas de lucro	30.9	32.830	8.074	40.904	21.436	8.231	29.667
Outros resultados abrangentes	30.10	12.469	(12.469)	-	15.209	(15.209)	-
Total do patrimônio líquido		157.798	(4.395)	153.403	136.645	(6.978)	129.667
Total do passivo e do patrimônio líquido		356.624	(70.788)	285.836	294.664	(74.112)	220.552

Demonstração do Resultado do Exercício

	Nota	2019			2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso							
Fornecimento de energia elétrica		190.180	-	190.180	175.073	-	175.073
Energia elétrica de curto prazo		13.190	-	13.190	7.807	-	7.807
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		165.966	-	165.966	144.533	-	144.533
Ativos e passivos financeiros setoriais		(17.504)	-	(17.504)	19.522	-	19.522
Serviços cobráveis		433	-	433	507	-	507
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		67.615	-	67.615	48.935	-	48.935
Valor justo do ativo financeiro indenizável	30.11	-	170	170	-	147	147
Receita de construção	30.12	-	13.230	13.230	-	14.407	14.407
Outras receitas operacionais	30.13	-	4.129	4.129	-	2.240	2.240
Total da receita bruta		419.880	17.529	437.409	396.377	16.794	413.171
Tributos							
ICMS		(76.300)	-	(76.300)	(69.524)	-	(69.524)
PIS-PASEP	30.13	(6.344)	(61)	(6.405)	(6.732)	(31)	(6.763)
Cofins	30.13	(29.220)	(280)	(29.500)	(31.008)	(146)	(31.154)
ISS	30.13	-	(98)	(98)	-	(44)	(44)
Total dos tributos		(111.864)	(439)	(112.303)	(107.264)	(221)	(107.485)
Encargos - Parcela "A"							
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(1.361)	-	(1.361)	(1.254)	-	(1.254)
Programa de eficiência energética - PEE		(1.361)	-	(1.361)	(1.254)	-	(1.254)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(31.649)	-	(31.649)	(31.324)	-	(31.324)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE		(332)	-	(332)	(318)	-	(318)
Outros encargos		(1.106)	-	(1.106)	(4.211)	-	(4.211)
Total encargos - Parcela "A"		(35.809)	-	(35.809)	(38.361)	-	(38.361)
Outras deduções da receita							
Penalidades contratuais e regulatórias	30.17	-	(363)	(363)	-	(246)	(246)
Total outras deduções da receita		-	(363)	(363)	-	(246)	(246)
Receita líquida / Ingresso líquido		272.207	16.727	288.934	250.752	16.327	267.079
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"							
Energia elétrica comprada para revenda		(145.582)	-	(145.582)	(136.806)	-	(136.806)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(28.517)	-	(28.517)	(32.160)	-	(32.160)
Custo de construção	30.12	-	(13.230)	(13.230)	-	(14.407)	(14.407)
Total custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(174.099)	(13.230)	(187.329)	(168.966)	(14.407)	(183.373)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		98.108	3.497	101.605	81.786	1.920	83.706
Custos gerenciáveis - Parcela "B"							
Pessoal e administradores		(26.342)	-	(26.342)	(26.162)	-	(26.162)
Material		(3.080)	-	(3.080)	(3.007)	-	(3.007)
Serviços de terceiros		(10.277)	-	(10.277)	(8.270)	-	(8.270)
Arrendamento e aluguéis		(1.297)	-	(1.297)	(1.178)	-	(1.178)
Seguros		(476)	-	(476)	(567)	-	(567)
Doações, contribuições e subvenções		(46)	-	(46)	(33)	-	(33)
Provisões		(2.476)	-	(2.476)	(819)	-	(819)
Perdas na alienação de bens e direitos		(19)	-	(19)	(73)	-	(73)
(-) Recuperação de despesas		567	-	567	522	-	522
Tributos		(383)	-	(383)	(325)	-	(325)
Depreciação e amortização	30.14	(10.460)	3.260	(7.200)	(10.378)	3.531	(6.847)
Gastos diversos	30.17	(5.329)	363	(4.966)	(4.891)	246	(4.645)
Outras receitas operacionais	30.13	3.690	(3.690)	-	2.018	(2.018)	-
Outras despesas operacionais	30.15	(1.046)	484	(562)	(1.395)	479	(916)
Total custos gerenciáveis - Parcela "B"		(56.974)	417	(56.557)	(54.558)	2.238	(52.321)
Resultado da atividade		41.134	3.914	45.048	27.228	4.158	31.385
Resultado financeiro							
Despesas financeiras	30.16	(14.225)	7.833	(6.392)	(10.792)	7.314	(3.478)
Receitas financeiras		11.329	-	11.329	9.009	-	9.009
Total do resultado financeiro		(2.896)	7.833	4.937	(1.783)	7.314	5.531
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		38.238	11.747	49.985	25.445	11.472	36.916
Imposto de renda	30.6	(5.497)	(979)	(6.476)	(3.512)	(1.039)	(4.551)
Contribuição social	30.6	(3.430)	(352)	(3.782)	(2.168)	(373)	(2.541)
Participações e contribuições		(4.466)	-	(4.466)	(3.404)	-	(3.404)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	30.16	7.833	(7.833)	-	7.314	(7.314)	-
Resultado líquido do exercício		32.678	2.583	35.261	23.675	2.745	26.420

Resultados de 2019

30.1 Ativo financeiro indenizável

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

30.2 Ativo contratual

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito de receber caixa dos usuários ou do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto no CPC47/IFRS15, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

30.3 Intangível

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

30.4 Imobilizado

Os ajustes são decorrentes da não contabilização do ativo imobilizado vinculado à concessão do serviço público de energia elétrica na contabilidade societária. Na contabilidade societária, é reconhecida a expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão.

30.5 Intangível

Os ajustes são decorrentes da não contabilização do intangível vinculado à concessão do serviço público de energia elétrica na contabilidade societária. Na contabilidade societária, é reconhecida a expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão.

Resultados de 2019

30.6 Tributos

Os ajustes são oriundos da não contabilização dos tributos incidentes sobre a reserva de reavaliação do imobilizado na contabilidade societária, bem como dos tributos diferidos sobre o ativo financeiro indenizável que não são registrados na contabilidade regulatória.

30.7 Outros passivos não circulantes

Os ajustes são decorrentes da compensação, na contabilidade societária, do saldo da reserva para reversão com o saldo da rubrica Intangível (concessão), que é apresentado pelo seu valor líquido. Essa Reserva para Reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do Fundo de Reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia. O principal e os juros (5% a.a.) são pagos em parcelas mensais.

30.8 Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Os ajustes são decorrentes da compensação, na contabilidade societária, do saldo das Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica com o saldo da rubrica Intangível (concessão), que é apresentado pelo seu valor líquido.

30.9 Reservas de lucro

Os ajustes são decorrentes da não contabilização da reserva de lucros a realizar na contabilidade regulatória.

30.10 Outros resultados abrangentes

Os ajustes são decorrentes da não contabilização da reserva de reavaliação regulatória compulsória do imobilizado na contabilidade societária.

30.11 Valor justo do ativo financeiro indenizável

Os ajustes são decorrentes dos registros na contabilidade societária da atualização monetária do ativo financeiro da concessão.

30.12 Receita e custo de construção

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária das receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, cuja margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual à zero. Assim sendo, a receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão, não sendo adotadas, no entanto, para fins da contabilidade regulatória.

30.13 Outras receitas operacionais, PIS-PASEP, Cofins e ISS

Os ajustes são decorrentes da reclassificação, na contabilidade societária, das outras receitas operacionais e tributos incidentes sobre elas para a receita operacional líquida.

Resultados de 2019

30.14 Depreciação e amortização

Os ajustes são decorrentes da não contabilização na contabilidade societária da depreciação e amortização incidentes sobre a reserva de reavaliação regulatória compulsória do imobilizado e intangível na contabilidade regulatória.

30.15 Outras despesas operacionais

Os ajustes são decorrentes da não contabilização na contabilidade societária, quando da baixa de bens, da parcela relativa à reavaliação compulsória do ativo imobilizado e intangível registrada na contabilidade regulatória.

30.16 Despesas financeiras e reversão dos juros sobre o capital próprio

Os ajustes são decorrentes da contabilização das despesas financeiras na contabilidade societária líquida dos juros sobre o capital próprio.

30.17 Penalidades contratuais e regulatórias

Os ajustes são decorrentes da contabilização, na contabilidade societária, das penalidades contratuais e regulatórias como redutoras da receita operacional líquida, conforme CPC 47/IFRS 15.

30.18 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	2019	2018
Patrimônio líquido conforme contabilidade societária	153.403	129.667
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:	4.395	6.978
Reserva de lucros a realizar - Diferença de VNR	(8.074)	(8.231)
Outros resultados abrangentes - Reserva de reavaliação regulatória	12.469	15.209
Patrimônio líquido regulatório	157.798	136.645

30.19 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório	2019	2018
Lucro líquido conforme contabilidade societária	35.261	26.420
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:	(2.583)	(2.745)
Depreciação e amortização	(3.260)	(3.531)
Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável	(170)	(147)
Perdas na desativação de bens e direitos - reavaliação regulatória compulsória	(484)	(479)
Tributos diferidos	1.331	1.412
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	32.678	23.675

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

(a) Considerações gerais

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

A utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos, alavancados ou com propósitos especulativos.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de liquidez e de crédito.

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

Composição	Ref.	2019	2018
Endividamento bruto	(a)	16.137	23.056
Caixa e equivalentes de caixa		(32.230)	(11.953)
Endividamento líquido		(16.093)	11.103
Patrimônio líquido	(b)	157.798	136.645
Índice de endividamento líquido		(0,10)	0,08

(a) O endividamento bruto é definido como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos (Nota Explicativa nº 16).

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o saldo de caixa e equivalentes de caixa eram suficientes para cobrir o endividamento bruto da Companhia.

(b) Gestão de risco de mercado

• Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2019, operação de *hedge* cambial para a dívida em moeda estrangeira.

• Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Dessa forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 29.383 (R\$ 9.277 em 31 de dezembro de 2018).

A seguir são apresentados os fluxos de caixa não descontados contratados:

Passivos financeiros	2020	2021	2022	2023	2024	Acima de 5 anos
Não derivativos						
Fornecedores	17.329	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	12.652	1.397	1.043	640	366	1
Derivativos						
<i>Swap</i> cambial	38	-	-	-	-	-

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

- Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir esse risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação do setor, para minimizar o risco de inadimplência.

- Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia:

Resultados de 2019

Composição	2019	2018
Mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	2.847	2.676
Contas a receber de clientes e outros	33.782	38.620
Ativos financeiros setoriais, líquidos	7.490	25.772
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras de curto prazo	29.383	9.277

(e) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial. O principal instrumento utilizado é o *swap*.

A Companhia contratou em 2018 operação de *swap* para converter para R\$ a dívida denominada em EUR. Nesse *swap*, a Companhia assumiu posição passiva em R\$ atrelado a taxa fixa e posição ativa em EUR atrelado a taxa fixa. Em 04 de abril de 2019, com a liquidação do empréstimo, também foi liquidado o respectivo *swap*.

Adicionalmente, a Companhia contratou nova operação de empréstimo com o Itaú Unibanco S/A em 01 de abril de 2019, além de novo instrumento derivativo de *swap* para a proteção desse passivo. Para esse contrato, as liquidações ocorrem semestralmente pelo prazo de um ano: a primeira realizada em 01 de outubro de 2019 e a segunda a realizar em 01 de abril de 2020.

O quadro a seguir detalha as operações e as informações sobre esse tipo de instrumento, que inclui valor de referência (nacional), vencimento, valor justo e o efeito no resultado do exercício:

Composição					Nacional EUR	Nacional R\$	Valor justo	Efeito no resultado	
Swap	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	05/10/2018	05/10/2018	04/04/2019	2019	2018
Ativo	Itaú Unibanco S/A	05/10/2018	04/04/2019	100% EURO PTAX Venda + 0,60% a.a.	1.125	5.000	4.878	211	1
Passivo				9,52% a.a.	-	-	(5.234)	(458)	(110)
					1.125	5.000	(356)	(247)	(109)
Swap	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	01/04/2019	01/04/2019	01/10/2019	2019	2018
Ativo	Itaú Unibanco S/A	01/04/2019	01/10/2019	100% EURO PTAX Venda + 0,71% a.a.	2.247	10.000	10.245	245	-
Passivo				9,90% a.a.	-	-	(10.491)	(491)	-
					2.247	10.000	(246)	(246)	-
Swap	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	01/10/2019	01/10/2019	31/12/2019	2019	2018
Ativo	Itaú Unibanco S/A	01/10/2019	01/04/2020	100% EURO PTAX Venda + 0,71% a.a.	2.247	10.000	10.199	199	-
Passivo				9,90% a.a.	-	-	(10.237)	(237)	-
					2.247	10.000	(38)	(38)	-
Efeito acumulado no resultado do exercício								(531)	(109)

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting* de valor justo, o ganho ou a perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos pelo valor justo são reconhecidos no resultado.

(f) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Resultados de 2019

- Cenário provável: foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do exercício.
- Cenário II: considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.
- Cenário III: considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índices de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% da dívida em moeda estrangeira está protegida por *swap*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em euro	Euro (€)	Alta do euro	4,5305	(10.237)	(2.559)	(5.119)
<i>Swap</i> ponta ativa em euro				10.199	2.550	5.100
Exposição líquida				(38)	(9)	(19)

A tabela a seguir demonstra o efeito decorrente da variação das taxas de juros que poderá ser reconhecido no resultado da Companhia no exercício seguinte caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	Queda do CDI	4,40%	29.383	1.293	(323)	(646)

32. Estimativa valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Resultados de 2019

- (i) Nível 1: preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia;
- (ii) Nível 2: preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior;
e
- (iii) Nível 3: ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Ref.	Nível	Valor contábil		Valor justo	
			2019	2018	2019	2018
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)			73.502	76.345	73.502	76.345
Custo Amortizado			44.119	67.068	44.119	67.068
Caixa e depósitos bancários à vista		2	2.847	2.676	2.847	2.676
Contas a receber de clientes e outros		2	33.782	38.620	33.782	38.620
Ativos financeiros setoriais, líquidos		2	7.490	25.772	7.490	25.772
Valor justo por meio do resultado			29.383	9.277	29.383	9.277
Aplicações financeiras de curto prazo		2	29.383	9.277	29.383	9.277
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)			33.466	42.428	33.466	42.428
Custo amortizado			33.466	42.428	33.466	42.428
Fornecedores		2	17.329	19.372	17.329	19.372
Empréstimos e financiamentos	(a)	2	16.137	23.056	16.137	23.056

- (a) Para os empréstimos e financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

33. Benefícios pós emprego

A Companhia é patrocinadora de plano de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores, exclusivamente, do tipo Contribuição Definida, os quais são mantidos pelo Bradesco (MultiBRA Fundo de Pensão), entidade fechada de previdência complementar.

Plano de Contribuição Definida é o plano de benefício pós emprego pelo qual a entidade patrocinadora paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo de pensão), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.

Resultados de 2019

De acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia contabiliza os planos do tipo Contribuição Definida de forma direta, porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Consequentemente, não são necessárias avaliações atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

Além disso, as obrigações são mensuradas em base não descontada, exceto quando não vençam completamente dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respectivo serviço.

As contribuições da Companhia para o plano de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores somaram R\$ 782 em 2019 (R\$ 719 em 2018).

34. Saldo e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Parte relacionada	Tipo de transação	Ref.	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)		Vencimento
			2019	2018	2019	2018	
Santa Maria Participações S/A	Locação de imóveis	(a)	-	-	(1.214)	(1.111)	2020
Santa Maria Participações S/A	Prestação de serviços	(b)	-	-	(5.028)	(3.920)	2020
Santa Maria Participações S/A	Mútuo	(c)	-	(3.955)	(128)	(96)	2019
Total			-	(3.955)	(6.370)	(5.127)	

- (a) Referem-se a contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pelo IGP-M, destinados à sede administrativa e ao depósito de materiais da Companhia, anteriormente submetidos a anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e prorrogados nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016.
- (b) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de leitura de medidores, entrega de contas, reavisos, corte e religação, anteriormente submetido à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e prorrogado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016.
- (c) Refere-se ao contrato de mútuo pecuniário por meio de conta corrente, na modalidade de crédito rotativo, com encargos financeiros calculados com base na variação da taxa Selic, firmado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016, liquidado em 15 de julho de 2019.

- Remuneração dos Administradores

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 3.803 (R\$ 3.715 em 31 de dezembro de 2018), e refere-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os itens a seguir:

Administradores (Diretoria e Conselho)	2019	2018
Honorários	2.851	2.784
INSS	570	557
FGTS	176	168
Previdência privada	206	206
Total	3.803	3.715

A Companhia não mantém nenhum programa de remuneração baseada em ações ou instrumentos baseados em ações aos seus empregados e/ou administradores.

Resultados de 2019

35. Cobertura de seguros (Não auditado)

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Ramos	Ref.	Data de vencimento	Importância segurada	
			2019	2018
Risco operacional	(a)	30/08/2020	63.884	62.179
Responsabilidade civil geral	(b)	30/08/2020	2.000	1.800
Responsabilidade civil geral - danos morais	(c)	30/08/2020	400	360
Total			66.284	64.339

- (a) Cobertura securitária das subestações e demais equipamentos, bem como da sede administrativa e do depósito de materiais da Companhia.
- (b) Cobertura securitária para danos materiais e pessoais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.
- (c) Cobertura securitária para danos morais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

35.1 Despesas pagas antecipadamente

A Companhia mantém cobertura securitária da frota, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos. O montante de despesas antecipadas apresentado em 31 de dezembro de 2019 está dividido nos seguintes ramos:

Ramos	2019	2018
Risco operacional	169	258
Responsabilidade civil	12	11
Frota	34	33
Total	215	302

36. Compromissos de longo prazo

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia elétrica, como segue:

Contratos de compra de energia - R\$ mil							
Vigência	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
2021 a 2054	76.255	77.297	77.297	80.933	80.933	80.933	1.822.592

Os valores acima representam o volume total contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2019, e foram homologados pela ANEEL.

37. Eventos subsequentes

- Covid

A Companhia avaliou os eventuais efeitos do Coronavírus (COVID-19) em suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019 e ressalta que até a presente data de 13 de março de 2020, não houve impacto relevante ou material em seus negócios que justificasse alteração nos números divulgados. A Administração da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de pessoas e ativos.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cícero Machado de Moraes
Presidente

Fernando Antonio Moreira Calaes
Vice-Presidente

Renata Barbieri Coutinho
Conselheira

Miguel Coutinho Coelho da Silva
Conselheiro

Angelo Arpini Coutinho Filho
Conselheiro

DIRETORIA

Arthur Arpini Coutinho
Diretor-Presidente

Angelo Arpini Coutinho
Diretor Vice-Presidente

Angelo André Bosi
Diretor

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Carlos Alberto Lima
Contador - CRC: ES/009263/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e administradores
EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A
Colatina, ES.

Av. Nª Sª dos Navegantes, 451
Ed. Petro Tower, 19º andar, Sala 1901
Enseada do Suá, Vitória, ES
29050-335

T: +55 (27) 3314 5610
T: +55 (27) 3207-3370
T: +55 (27) 98147-2000

www.bakertillybr.com.br

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

Relatório da Administração

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis regulatórias utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, ES, 13 de março de 2020.



Wesley Cristian Marques
Contador CRC1ES009545/O-0
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-5



Wladimir Firme Zanotti
Contador CRC1ES007326/O-5
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-5